

# 2016

## Relatório e Contas

### 1.º Trimestre

*De acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM transcreve-se o*

#### RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º TRIMESTRE DE 2016

#### BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto - Capital Social de 4.094.235.361,88 euros  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882

[www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt)



BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.,  
Sociedade Aberta,  
com sede na Praça D. João I, 28, Porto,  
o Capital Social de 3.706.690.253,08 euros,  
matriculada na Conservatória do Registo Comercial

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES  
Rui Coimbra  
Telf. +351 211 131 084  
[investors@millenniumbcp.pt](mailto:investors@millenniumbcp.pt)

CONTACTO DE IMPRENSA  
Erik T. Burns  
Telf. +351 211 131 242  
Tlm. +351 917 265 020

## Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	31 mar.16	31 mar.15	Var. 16 / 15
<b>Balanco</b>			
Ativo total	76.295	78.313	-2,6%
Crédito a clientes (bruto) <sup>(1)</sup>	53.787	57.006	-5,6%
Recursos totais de clientes <sup>(1)</sup>	63.818	64.837	-1,6%
Recursos de balanço de clientes <sup>(1)</sup>	51.677	52.010	-0,6%
Depósitos de clientes <sup>(1)</sup>	49.553	49.212	0,7%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes <sup>(2)</sup>	101%	108%	
Crédito total, líq. / Recursos de balanço de clientes <sup>(3)</sup>	96%	102%	
<b>Resultados</b>			
Resultado líquido	46,7	70,4	-33,7%
Margem financeira	292,4	297,8	-1,8%
Produto bancário	488,1	642,2	-24,0%
Custos operacionais	243,1	254,3	-4,4%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	160,7	201,0	-20,1%
Outras imparidades e provisões	15,4	70,1	-78,1%
Impostos sobre lucros			
Correntes	24,6	29,6	
Diferidos	(9,6)	3,2	
<b>Rendibilidade</b>			
Produto bancário / Ativo líquido médio <sup>(2)</sup>	2,6%	3,4%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) <sup>(4)</sup>	0,4%	0,5%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Ativo líquido médio <sup>(2)</sup>	0,5%	0,7%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	4,1%	6,9%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Capitais próprios médios <sup>(2)</sup>	7,0%	10,8%	
<b>Qualidade do crédito</b>			
Crédito com incumprimento / Crédito total <sup>(2)</sup>	9,4%	9,6%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. <sup>(2)</sup>	3,3%	3,6%	
Crédito em risco / Crédito total <sup>(2)</sup>	11,5%	12,1%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. <sup>(2)</sup>	5,5%	6,2%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias <sup>(1)</sup>	86,0%	85,4%	
<b>Rácios de eficiência <sup>(2) (5)</sup></b>			
Custos operacionais / Produto bancário	49,4%	39,6%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	49,6%	36,0%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	28,0%	22,3%	
<b>Capital <sup>(6)</sup></b>			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	12,8%	11,5%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	10,0%	8,7%	
<b>Sucursais <sup>(3)</sup></b>			
Atividade em Portugal	662	695	-4,7%
Atividade internacional	667	674	-1,0%
<b>Colaboradores <sup>(3)</sup></b>			
Atividade em Portugal	7.436	7.676	-3,1%
Atividade internacional	9.673	9.753	-0,8%

(1) Ajustado do impacto da relevação da Millennium bcp Gestão de Activos e do Banco Millennium em Angola em operações descontinuadas ou em descontinuação.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente, incluindo o Banco Millennium em Angola.

(3) Inclui operações descontinuadas ou em descontinuação.

(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(5) Exclui itens específicos: custos de reestruturação (1,8 milhões de euros em 2016).

(6) De acordo com a CRD IV/CRR.

## RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2016

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao Plano de Reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, a Millennium bcp Gestão de Activos foi enquadrada como operação em descontinuação no decurso de 2013.

A partir desta data, o impacto em resultados das suas operações foi apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada “resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação”. Ao nível do balanço consolidado, a relevação dos ativos e passivos da Millennium bcp Gestão de Activos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2015. No entanto, na sequência da alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos, em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

De modo similar, no que se refere ao Banco Millennium em Angola, face ao acordo firmado com o maior acionista do Banco Privado Atlântico para fundir as duas entidades, a aprovação do respetivo plano de fusão e a obtenção das autorizações necessárias para concluir esta operação, o Banco Millennium em Angola foi considerado também como operação em descontinuação em março de 2016, sendo as suas contas apresentadas de acordo com os critérios referidos relativamente à Millennium bcp Gestão de Activos, incluindo as do período homólogo de 2015.

## RESULTADOS

O **resultado líquido** do Millennium bcp totalizou 46,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, comparando com 70,4 milhões de euros relevados no período homólogo de 2015, tendo o resultado *core* atingido 213,2 milhões de euros e registado um aumento de 3,6% face ao primeiro trimestre de 2015.

A evolução do resultado líquido foi condicionada pela realização de 116 milhões de euros de ganhos com a alienação de títulos de dívida pública portuguesa no primeiro trimestre de 2015, após imposto, em resultado de oportunidades de mercado na atividade em Portugal que não se repetiram no mesmo período de 2016, não obstante este efeito ter sido atenuado pelo menor nível de dotações para perdas de imparidades e provisões e pelo rigoroso controlo dos custos operacionais.

O resultado líquido da atividade internacional cifrou-se em 44,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, face aos 54,9 milhões de euros registados em igual período de 2015, penalizado pela introdução de um novo imposto sobre a banca polaca e pela desvalorização do metical e do kwanza face ao euro.

A **margem financeira** ascendeu a 292,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, tendo-se fixado em 297,8 milhões de euros no período homólogo de 2015.

A margem financeira da atividade em Portugal beneficiou do contributo positivo do negócio comercial, suportado na redução de 82 pontos base da taxa dos depósitos a prazo, mas foi contrariado pela diminuição de rendimento da carteira de dívida pública portuguesa associada à tendência de evolução das taxas de juro, que determinou a redução de 2,2% verificada comparativamente ao período homólogo de 2015. Antes deste impacto, a margem financeira da atividade em Portugal cresceu 7,5%.

Na atividade internacional a margem financeira apresentou um decréscimo de 1,3% face ao primeiro trimestre de 2015; contudo, excluindo os efeitos cambiais, teria aumentado 10,4%, suportada nos aumentos das margens de intermediação e dos volumes de crédito e de depósitos de clientes, particularmente os relevados na subsidiária em Moçambique.

A taxa de margem financeira no primeiro trimestre de 2016 situou-se em 1,81%, ao mesmo nível da registada no período homólogo de 2015. Excluindo o impacto do custo dos CoCos, a taxa de margem financeira fixou-se em 1,91% no primeiro trimestre de 2016 e em 1,90% em igual período de 2015.

**BALANÇO MÉDIO**

Milhões de euros

	31 mar.16		31 mar.15	
	montante	taxa %	montante	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	3.351	0,49	3.212	0,80
Ativos financeiros	10.057	2,17	9.502	3,31
Créditos a clientes	50.509	3,27	53.279	3,54
<b>Ativos geradores de juros</b>	<b>63.917</b>	<b>2,95</b>	<b>65.993</b>	<b>3,37</b>
Operações descontinuadas ou em descontinuação <sup>(1)</sup>	2.219		1.916	
Ativos não geradores de juros	9.676		9.580	
	<b>75.812</b>		<b>77.489</b>	
Depósitos de instituições de crédito	10.106	0,45	11.380	0,60
Depósitos de clientes	49.275	0,81	48.345	1,34
Dívida emitida	4.668	3,51	5.745	3,32
Passivos subordinados	1.654	7,38	2.043	6,12
<b>Passivos geradores de juros</b>	<b>65.703</b>	<b>1,11</b>	<b>67.513</b>	<b>1,53</b>
Operações descontinuadas ou em descontinuação <sup>(1)</sup>	1.858		1.696	
Passivos não geradores de juros	2.590		3.097	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	5.661		5.183	
	<b>75.812</b>		<b>77.489</b>	
Taxa de margem financeira		1,81		1,81
Taxa de margem financeira (excl. custo dos CoCos)		1,91		1,90

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em março de 2016 e de 2015, à respetiva rubrica de balanço.

(1) Inclui a atividade da subsidiária em Angola e da Millennium bcp Gestão de Activos (apenas em 2015) e respetivos ajustamentos de consolidação.

As **comissões líquidas** totalizaram 163,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, um crescimento de 1,0% face ao valor apurado no período homólogo de 2015, beneficiando do desempenho da atividade em Portugal que registou um aumento de 11,8%.

O desempenho das comissões líquidas observado no primeiro trimestre de 2016 reflete o aumento das comissões bancárias em 3,6%, suportado pelo nível superior de comissões de gestão e manutenção de contas na atividade em Portugal, não obstante a evolução contrária das comissões de cartões e transferências de valores, influenciadas em grande medida pelos efeitos cambiais na atividade internacional. As comissões relacionadas com os mercados financeiros evidenciaram uma diminuição de 10,2%, determinada pelas operações sobre títulos na atividade internacional.

Os **resultados em operações financeiras** ascenderam a 28,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, que comparam com 191,3 milhões de euros relevados em igual período de 2015, traduzindo o impacto dos ganhos realizados na alienação de dívida pública portuguesa no montante de 164,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2015.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 12,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, comparando favoravelmente com os 17,2 milhões de euros negativos registados no período homólogo de 2015. Esta evolução resultou do reconhecimento de valores associados a contribuições do setor bancário, para o Fundo de Garantia de Depósitos e para o Fundo de Resolução, relevadas na atividade em Portugal no primeiro trimestre de 2015 e sem expressão no mesmo período de 2016, tendo sido parcialmente compensada pela evolução da atividade internacional, penalizada pela introdução de um novo imposto sobre a banca na Polónia.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, e os **resultados por equivalência patrimonial**, ascenderam, em conjunto, a 15,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, evidenciando um aumento de 7,9 milhões de euros para os 8,0 milhões de euros relevados em igual período de 2015.

**OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS**

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 16	31 mar. 15	Var. 16/15
<b>Comissões líquidas</b>	<b>163,9</b>	<b>162,3</b>	<b>1,0%</b>
Comissões bancárias	136,3	131,5	3,6%
Cartões e transferências de valores	35,0	38,8	-9,7%
Crédito e garantias	38,9	37,7	3,1%
<i>Bancassurance</i>	20,2	19,1	5,6%
Contas	22,6	18,9	19,5%
Outras comissões	19,6	17,0	15,4%
Comissões relacionadas com mercados	27,7	30,8	-10,2%
Operações sobre títulos	19,1	21,4	-10,6%
Gestão de ativos	8,6	9,4	-9,2%
<b>Resultados em operações financeiras</b>	<b>28,3</b>	<b>191,3</b>	<b>-85,2%</b>
<b>Outros proveitos de exploração líquidos</b>	<b>(12,4)</b>	<b>(17,2)</b>	<b>-</b>
<b>Rendimentos de instrumentos de capital</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>4,8%</b>
<b>Resultados por equivalência patrimonial</b>	<b>13,9</b>	<b>6,1</b>	<b>129,0%</b>
<b>Total de outros proveitos líquidos</b>	<b>195,8</b>	<b>344,4</b>	<b>-43,2%</b>
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	40,1%	53,6%	

Os **custos operacionais**, excluindo o efeito dos itens específicos relacionados com custos de reestruturação, situaram-se em 241,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, evidenciando uma redução de 5,1% face aos 254,3 milhões de euros apurados no período homólogo de 2015, materializando as iniciativas de obtenção de poupanças na atividade em Portugal estabelecidas no Plano Estratégico.

No primeiro trimestre de 2016, os custos operacionais da atividade em Portugal, excluindo itens específicos, diminuíram 3,2% quando comparados com o mesmo período de 2015, suportados maioritariamente nas poupanças alcançadas nos custos com pessoal, induzidas pela diminuição do número de colaboradores.

Na atividade internacional os custos operacionais registaram uma redução de 8,3%; no entanto, excluindo efeitos cambiais, teriam registado um aumento de 2,9% face ao primeiro trimestre de 2015, essencialmente determinado pela subsidiária em Moçambique.

Os **custos com o pessoal**, excluindo o impacto dos itens específicos acima referidos, cifraram-se em 136,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, evidenciando uma redução de 4,8% face ao período homólogo de 2015, suportada na diminuição de 3,3% relevada na atividade em Portugal, potenciada pela redução de 240 colaboradores face ao final do primeiro trimestre de 2015, tendo-se verificado um aumento de 3,0% na atividade internacional, excluindo efeitos cambiais.

Os **outros gastos administrativos** diminuíram 5,4%, totalizando 91,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, face aos 97,1 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2015, beneficiando do impacto das iniciativas de melhoria de eficiência operacional que têm vindo a ser implementadas no âmbito do Plano Estratégico, designadamente o redimensionamento da rede de sucursais em Portugal, que se refletiu num decréscimo de 33 sucursais face a 31 de março de 2015. Na atividade internacional, os outros gastos administrativos aumentaram 1,7% face ao primeiro trimestre de 2015, excluindo efeitos cambiais, traduzindo a evolução observada na operação em Moçambique.

As **amortizações do exercício** ascenderam a 12,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, uma redução de 7,1% face aos 13,8 milhões de euros registados no mesmo período de 2015, refletindo a diminuição de 8,4% relevada na atividade em Portugal, para o que contribuíram as menores amortizações relacionadas com imóveis e *software*. Na atividade internacional, as amortizações do exercício aumentaram 10,6% face ao primeiro trimestre de 2015, excluindo efeitos cambiais, influenciadas pelas subsidiárias na Polónia e em Moçambique.

**CUSTOS OPERACIONAIS**

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 16	31 mar. 15	Var. 16/15
Custos com o pessoal	136,6	143,4	-4,8%
Outros gastos administrativos	91,8	97,1	-5,4%
Amortizações do exercício	12,8	13,8	-7,1%
<b>Subtotal <sup>(1)</sup></b>	<b>241,3</b>	<b>254,3</b>	<b>-5,1%</b>
Itens específicos			
Custos de reestruturação	1,8	-	
<b>Custos operacionais</b>	<b>243,1</b>	<b>254,3</b>	<b>-4,4%</b>
dos quais:			
Atividade em Portugal <sup>(1)</sup>	153,0	158,2	-3,2%
Atividade internacional	88,2	96,2	-8,3%

(1) Exclui o impacto dos itens específicos apresentados na tabela.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** situou-se em 160,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, que compara com 201,0 milhões de euros relevados em igual período de 2015, em linha com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico, consubstanciadas num esforço de provisionamento ainda relevante mas com tendência favorável, que permitiu reduzir o custo do risco de 141 pontos base no primeiro trimestre de 2015 para 119 pontos base no final de março de 2016.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 15,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, face a 70,1 milhões de euros registados no período homólogo de 2015, traduzindo essencialmente o menor nível de provisões relacionadas com ativos recebidos em dação e com garantias e compromissos.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** ascenderam a 15,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016, montante que compara com 32,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2015.

Os referidos impostos incluem o gasto por impostos correntes de 24,6 milhões de euros (29,6 milhões de euros nos primeiros três meses de 2015), líquido do crédito por impostos diferidos no montante de -9,6 milhões de euros (3,2 milhões de euros no mesmo período de 2015).

**BALANÇO**

O **ativo total** cifrou-se em 76.295 milhões de euros em 31 de março de 2016, face a 78.313 milhões de euros em 31 de março de 2015, devido à redução da carteira de crédito a clientes e não obstante o aumento da carteira de títulos, essencialmente relacionado com a carteira de Obrigações do Tesouro.

O **crédito a clientes** (bruto), excluindo operações em descontinuação, situou-se em 53.787 milhões de euros em 31 de março de 2016, que compara com 57.006 milhões de euros em igual data de 2015, traduzindo a diminuição registada na atividade em Portugal, apesar do aumento verificado na atividade internacional, excluindo efeitos cambiais.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes reduziu 5,3% face a 31 de março de 2015, traduzindo o contexto de recuperação ainda gradual da economia portuguesa, materializado no efeito conjunto da diminuição de 3,6% do crédito a particulares, determinado pelas amortizações de capital relacionadas com o crédito à habitação, e da retração do crédito a empresas, que diminuiu 6,9% quando comparado com o montante registado no final de março 2015, não obstante o esforço desenvolvido no sentido de assegurar adequadamente as necessidades de financiamento empresariais e individuais.

Excluindo o efeito da carteira de crédito associado à operação desenvolvida em Angola, classificada como operação em descontinuação, e os efeitos cambiais, o crédito a clientes na atividade internacional aumentou 0,5% face ao final de março de 2015, induzido pelos crescimentos tanto do crédito a particulares como a empresas relevado na operação em Moçambique.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões semelhantes e equilibrados de diversificação, entre os finais de março de 2015 e de março 2016, com o crédito a empresas a representar 46% do crédito total concedido em 31 de março de 2016.

**CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)**

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 16	31 mar. 15	Var. 16/15
<b>Particulares</b>	<b>28.784</b>	<b>30.087</b>	<b>-4,3%</b>
Hipotecário	24.807	26.024	-4,7%
Consumo e outros	3.977	4.062	-2,1%
<b>Empresas</b>	<b>25.003</b>	<b>26.919</b>	<b>-7,1%</b>
Serviços	9.858	10.626	-7,2%
Comércio	3.206	3.243	-1,2%
Construção	3.309	3.902	-15,2%
Outros	8.631	9.149	-5,7%
<b>Subtotal</b>	<b>53.787</b>	<b>57.006</b>	<b>-5,6%</b>
Operações em descontinuação	847	1.097	
<b>Total</b>	<b>54.634</b>	<b>58.102</b>	<b>-6,0%</b>
do qual <sup>(1)</sup> :			
Atividade em Portugal	41.178	43.475	-5,3%
Atividade internacional	12.609	13.531	-6,8%

(1) Exclui impactos relacionados com operações descontinuadas (Banco Millennium em Angola).

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, ajustado do efeito das operações em descontinuação, situou-se nos 7,4% em 31 de março de 2016, face aos 7,3% apurados em igual data de 2015, tendo o correspondente rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades aumentado de 85,4% em 31 de março de 2015 para 86,0% em 31 de março de 2016.

**CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2016**

	<i>Milhões de euros</i>			
	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
<b>Particulares</b>	<b>858</b>	<b>793</b>	<b>3,0%</b>	<b>92,4%</b>
Hipotecário	290	348	1,2%	119,9%
Consumo e outros	568	445	14,3%	78,3%
<b>Empresas</b>	<b>3.100</b>	<b>2.613</b>	<b>12,4%</b>	<b>84,3%</b>
Serviços	1.147	1.121	11,6%	97,7%
Comércio	324	283	10,1%	87,3%
Construção	1.046	599	31,6%	57,3%
Outros	583	610	6,8%	104,7%
<b>Subtotal <sup>(1)</sup></b>	<b>3.958</b>	<b>3.406</b>	<b>7,4%</b>	<b>86,0%</b>
Operações em descontinuação	37	45	4,4%	120,1%
<b>Total</b>	<b>3.995</b>	<b>3.451</b>	<b>7,3%</b>	<b>86,4%</b>

(1) Ajustado dos impactos relacionados com operações em descontinuação (Banco Millennium em Angola).

O rácio do crédito em risco no crédito total cifrou-se em 11,5% em 31 de março de 2016, que compara com 12,1% em 31 de março de 2015. Em 31 de março de 2016, o rácio do crédito reestruturado fixou-se em 9,9% do crédito total, comparando favoravelmente com os 10,7% apurados no final de março de 2015 e o rácio do crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se em 5,7% do crédito total em 31 de março de 2016 (6,7% em 31 março de 2015).

Os **recursos totais de clientes**, excluindo o impacto relacionado com as operações descontinuadas ou em descontinuação, ascenderam a 63.818 milhões de euros em 31 de março de 2016, uma diminuição de 1,6% face aos 64.837 milhões de euros relevados em igual data de 2015, penalizados por efeitos cambiais na atividade internacional e não obstante a evolução favorável registada pelos depósitos de clientes.

Os recursos totais de clientes na atividade em Portugal cifraram-se em 47.750 milhões de euros em 31 de março de 2016, face a 48.256 milhões de euros registados no período homólogo de 2015, traduzindo a diminuição de 406 milhões de euros dos produtos de capitalização e de 652 milhões de euros dos débitos para com clientes titulados, cujo impacto foi, contudo, mitigado pelo aumento de 617 milhões de euros observado nos depósitos de clientes, induzido pelo esforço comercial de captação de recursos e da transformação dos vencimentos de produtos estruturados em depósitos.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes, excluindo operações descontinuadas ou em descontinuação, diminuíram 3,1% totalizando 16.068 milhões de euros em 31 de março de 2016 (16.581 milhões de euros em 31 de março de 2015), determinados pela desvalorização do câmbio do metical e do zloty face ao euro. Excluindo efeitos cambiais, os recursos totais de clientes aumentaram 4,3%.

Em 31 de março de 2016, excluindo operações descontinuadas ou em descontinuação, os recursos de balanço de clientes representavam 81% dos recursos totais de clientes, com os depósitos de clientes a representarem 78% dos recursos totais de clientes.

O rácio de transformação registou uma evolução favorável ao atingir 101% em 31 de março de 2016, que compara com 108% em 31 de março de 2015, para o que contribuiu a redução do *gap* comercial em 3,6 milhões de euros. O mesmo indicador, considerando o total de recursos de balanço de clientes, fixou-se em 96% (102% em 31 de março de 2015).

#### RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES <sup>(1)</sup>

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 16	31 mar. 15	Var. 16/15
Recursos de balanço de clientes	51.677	52.010	-0,6%
Depósitos de clientes	49.553	49.212	0,7%
Débitos para com clientes titulados	2.124	2.798	-24,1%
Recursos fora de balanço de clientes	12.141	12.826	-5,3%
Ativos sob gestão	3.778	3.961	-4,6%
Produtos de capitalização	8.363	8.865	-5,7%
<b>Total</b>	<b>63.818</b>	<b>64.837</b>	<b>-1,6%</b>

(1) Exclui os impactos relacionados com operações descontinuadas ou em descontinuação (Millennium bcp Gestão de Activos e Banco Millennium em Angola) no valor de 1.461 milhões de euros em março de 2016 e 3.137 milhões de euros em março de 2015.

A **carteira de títulos** situou-se nos 14.145 milhões de euros em 31 de março de 2016, que compara com 12.616 milhões de euros no período homólogo de 2015, representando 18,5% do ativo total em 31 de março de 2016, acima do nível registado em igual data de 2015 (16,1% do ativo total), refletindo essencialmente a evolução relevada na carteira de Obrigações do Tesouro.

## GESTÃO DE LIQUIDEZ

No primeiro trimestre de 2016 verificou-se em termos consolidados um aumento das necessidades de financiamento *wholesale* de aproximadamente 1,9 mil milhões de euros, decorrente sobretudo do reforço da carteira de dívida pública portuguesa (1,6 mil milhões de euros), do aumento da liquidez depositada junto do Banco de Portugal (0,5 mil milhões de euros) e da redução do *gap* comercial em Portugal (0,3 mil milhões de euros).

Com o refinanciamento de operações de financiamento a médio-longo prazo limitado a aproximadamente 0,1 mil milhões de euros de recompras antecipadas, o aumento das necessidades de financiamento consubstanciou-se, face a dezembro de 2015, em acréscimos no saldo líquido de operações de curto-prazo contratadas com instituições financeiras e colateralizadas por títulos (de 1,1 mil milhões de euros para 2,1 mil milhões de euros), no saldo de empréstimos bancários (de 0,3 mil milhões de euros para 1,3 mil milhões de euros) e no saldo de tomadas no Eurosistema (aumento de 0,5 mil milhões de euros para 6,0 mil milhões de euros).

Em termos líquidos, as necessidades de financiamento junto do BCE mantiveram-se inalteradas face a dezembro de 2015, em 5,3 mil milhões de euros, o que, em face de uma redução pouco material da carteira de colateral elegível no mesmo período, manteve o *buffer* de liquidez num nível confortável, de 8,5 mil milhões de euros.

## CAPITAL

Em 26 de junho de 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram a Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (*Capital Requirements Directive IV / Capital Requirements Regulation - CRD IV/CRR*), que estabeleceram novos e mais exigentes requisitos de capital para as instituições de crédito, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

Esta maior exigência resulta de uma definição mais estrita ao nível dos fundos próprios e dos riscos ponderados, em paralelo com o estabelecimento de rácios mínimos, incluindo uma reserva de conservação de fundos próprios, de 7% para os fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1 - CET1*), 8,5% para os fundos próprios de nível 1 (*Tier 1*) e de 10,5% para o rácio total. A CRD IV/CRR estipula também um período transitório (*phased-in*) em que as instituições poderão acomodar os novos requisitos, quer ao nível dos fundos próprios quer da observância dos rácios mínimos de capital.

O rácio CET1 *phased-in* estimado em 31 de março de 2016, de acordo com a nossa interpretação da CRD IV/CRR à data, situou-se em 12,8% e em 13,2% em base *proforma*, considerando a fusão entre o Millennium Angola e o Banco Privado Atlântico, S.A., comparando com 13,3% reportados a 31 de dezembro de 2015.

A evolução do rácio CET1 no primeiro trimestre de 2016 reflete sobretudo o efeito negativo associado à progressão do *phase-in* que se verificou em 1 de janeiro de 2016. Adicionalmente, a desvalorização cambial do kwanza e do metical e o aumento do diferencial de imparidade face às perdas esperadas também contribuíram desfavoravelmente para o desempenho do rácio CET1, não obstante os seus impactos terem sido contrariados pelo reconhecimento dos resultados líquidos positivos do trimestre e pela diminuição dos riscos ponderados.

**RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR) (\*)** Milhões de euros

	31 mar. 16	31 dez. 15
<b>PHASED-IN</b>		
<b>Fundos próprios</b>		
Common equity tier 1 (CET1)	5.435	5.775
Tier 1	5.435	5.775
<b>Fundos próprios totais</b>	<b>5.887</b>	<b>6.207</b>
<b>Riscos ponderados</b>	<b>42.503</b>	<b>43.315</b>
<b>Rátios de solvabilidade</b>		
CET1	12,8%	13,3%
Tier 1	12,8%	13,3%
Total	13,9%	14,3%
<b>FULLY IMPLEMENTED</b>		
Rácio CET1	10,0%	10,2%

(\*) Considera o novo enquadramento prudencial dos DTAs (de acordo com os IAS) e inclui os resultados líquidos acumulados em cada período. O rácio CET1 de março 2016 excluindo os resultados líquidos do primeiro trimestre de 2016 atingiu os 12,7%

## ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

Continuação da implementação do Plano Estratégico do Banco, mantendo-se as tendências de recuperação da rentabilidade recorrente, de melhoria da eficiência e de redução do custo do risco, com o trimestre a ser marcado simultaneamente por iniciativas de grande proximidade aos clientes.

Merecem destaque neste período:

- Foi outorgada, em 22 de abril de 2016, a escritura de fusão do Banco Millennium Angola, S.A. com o Banco Privado Atlântico, S.A..
- Operação de recompra de valores mobiliários representativos de dívida, limitado a um valor de aquisição global máximo de 300 milhões de euros, tendo sido recebidas intenções de alienação válidas no valor nominal total de 378.509.996,96 euros, tendo sido aceites pelo Millennium bcp 85.326.455,52 euros.
- Seleção da Cabot Square Capital LLP, uma entidade gestora de fundos *private equity* com cerca de 1.000 milhões de euros sob gestão, para uma fase de negociações com caráter de exclusividade, no seguimento do processo de avaliação de cenários estratégicos que promovam a valorização do ActivoBank.
- Realização de mais uma sessão das Jornadas Millennium Empresas em Beja.
- Reuniões com Clientes Empresariais com vista ao esclarecimento do Programa "Portugal 2020".
- Conferência de apresentação de mercados com elevado potencial de exportação, que contou com o patrocínio exclusivo do Millennium bcp, no âmbito do Roadshow Portugal Global / AICEP.
- Inclusão pela 8ª vez consecutiva do Bank Millennium no Índice de Respeito que distingue as empresas socialmente responsáveis cotadas na Bolsa de Varsóvia.
- Inclusão em 2016, pela 2ª vez consecutiva, no "The Sustainability Yearbook", publicação de referência na área da Sustentabilidade editada anualmente pelo analista "RobecoSAM" com base na informação recolhida na resposta ao "Dow Jones Sustainability Indices".
- Regresso do Millennium bcp aos índices Environmental, Social and Governance (ESG) do analista ECPI, desta feita através do "Global Developed ESG best in class - Equity".
- Assinatura de Protocolo de apoio ao Projeto de Conservação das Abóbodas da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos entre a Fundação Millennium bcp e a Associação World Monuments Fund Portugal.
- Distinção do ActivoBank com o Prémio Cinco Estrelas 2016, na categoria "Banca - Abertura de Conta".
- Marca Bank Millennium, na Polónia, ganhou o 1º lugar no inquérito "Escolha do Consumidor" na categoria de Serviços Bancários, conquistando a nota mais alta entre os seis bancos avaliados no nível de satisfação e aceitação.
- Prémio "Instituição do Ano 2015" atribuído ao Bank Millennium, tendo ficado ainda em 2º lugar (entre 19 bancos considerados) na categoria "Qualidade de Serviço da Sucursal" nos prémios atribuídos pelo portal MojeBankownie.pl.
- "Banco do Ano em Moçambique 2015", pelo 5º ano consecutivo, pela revista The Banker.
- "Best Internet Bank Angola 2015" pela Global Banking & Finance Review.

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a economia mundial continue a registar níveis de crescimento modestos em 2016 (3,2%), devido à persistência do abrandamento nos países emergentes, à moderação da atividade nas economias desenvolvidas e à instabilidade nos mercados financeiros. A estes fatores acrescem os riscos de índole não-económica, nomeadamente aqueles que decorrem da existência de diversos focos de tensão geopolítica, que poderão afetar negativamente o desempenho da economia mundial.

O enquadramento externo desfavorável e as pressões deflacionistas associadas à queda do preço do petróleo, que foi particularmente acentuada em janeiro e fevereiro, conduziram ao reforço do pendor expansionista da política monetária do Banco Central Europeu (BCE), em março. As medidas anunciadas contemplaram a extensão do programa de compra de ativos, quer em termos de âmbito, quer em termos de montante, a redução da taxa principal de refinanciamento, de 0,05% para 0,0%, e da taxa da facilidade de depósito, de -0,30% para -0,40%, bem como a introdução de quatro novas operações de refinanciamento do setor bancário com maturidade de quatro anos e taxa de juro igual ou inferior a zero. Nos EUA, a melhoria sustentada do mercado de trabalho não se está a repercutir na dinamização da atividade económica para ritmos de crescimento próximos do potencial, num quadro de elevada incerteza quanto à evolução da economia e dos mercados financeiros globais. Este conjunto de circunstâncias levou a Reserva Federal a adotar, na reunião de março, uma postura mais cautelosa no que respeita ao processo de normalização da sua política monetária.

Ao longo dos primeiros meses do ano assistiu-se ao aumento do grau de aversão ao risco nos mercados financeiros, que se traduziu na desvalorização dos índices acionistas, na queda das *yields* dos títulos de dívida pública da Alemanha e dos EUA e na apreciação das moedas das principais economias desenvolvidas face às moedas dos países emergentes, com exceção da libra, que foi penalizada pelos receios em torno do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, que se realizará a 23 de junho. No que concerne ao mercado monetário interbancário, o anúncio de medidas adicionais de estímulo monetário por parte do BCE contribuiu para que as taxas de juro Euribor acentuassem a sua trajetória de queda, permanecendo em níveis negativos para os prazos até aos doze meses.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB português cresceu 1,3%, em termos homólogos, no último trimestre de 2015, o que corresponde a uma ligeira desaceleração face aos três meses anteriores. O menor vigor da atividade económica decorreu essencialmente do contributo negativo da procura externa líquida, em virtude da forte aceleração das importações, a que se soma o efeito da moderação do crescimento do investimento. Segundo as mais recentes previsões da Comissão Europeia, o processo de recuperação da economia portuguesa deverá prosseguir em 2016, com um crescimento do PIB projetado em 1,6% (acima dos 1,5% registados no ano precedente), suportado pela procura interna, que deverá beneficiar dos reduzidos níveis das taxas de juro, dos baixos custos da energia e da melhoria gradual do mercado de trabalho. A incerteza em torno do processo de aprovação do Orçamento de Estado no início do ano, a par com um quadro de maior instabilidade nos mercados financeiros internacionais, desencadeou uma desvalorização dos índices acionistas nacionais, assim como a subida das *yields* dos títulos de dívida pública, o que se consubstanciou num alargamento dos prémios de risco da República Portuguesa face à generalidade dos países da área do euro, movimento que foi sendo parcialmente revertido no final do primeiro trimestre.

A Polónia tem exibido um forte desempenho económico, primordialmente baseado na robustez do consumo privado, que continua a beneficiar da melhoria progressiva do mercado de trabalho e, mais recentemente, de um conjunto de medidas de estímulo orçamental especialmente dirigido às famílias. Para 2016, o FMI prevê uma taxa de crescimento do PIB de 3,6%, valor que coincide com o observado em 2015. No primeiro trimestre do corrente ano, o zloti registou uma evolução volátil, mas sem direção definida, o que combinado com a persistência da taxa de inflação em níveis negativos, deverá permitir ao Banco Nacional da Polónia manter o teor expansionista da política monetária. A atividade económica em Moçambique é esperada abrandar ligeiramente (de 6,3% em 2015 para 6,0% em 2016, segundo o FMI) devido à provável moderação do investimento público e privado, bem como ao menor dinamismo do consumo privado, num quadro de abrandamento do rendimento disponível real causado pelo aumento da inflação. A substancial depreciação do metical no passado recente deverá manter a política monetária restritiva no decurso deste ano. Para Angola, o FMI prevê que o ritmo de expansão do PIB em 2016 caia de 3,0% para 2,5%, refletindo a redução da capacidade aquisitiva do estado, das empresas e das famílias resultante do baixo nível do preço do petróleo. A maior escassez de divisas no sistema financeiro doméstico deverá manter a política monetária angolana subordinada à defesa da sustentabilidade do kwana.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	mar 16	mar 15	Var.	mar 16	mar 15	Var.	mar 16	mar 15	Var.
<b>Demonstração de resultados</b>									
Margem financeira	292,4	297,8	-1,8%	171,5	175,4	-2,2%	120,8	122,4	-1,3%
Rendimento de instrumentos de capital	2,0	2,0	4,8%	2,0	2,0	4,8%	-	-	-
Resultado de serviços e comissões	163,9	162,3	1,0%	118,2	105,8	11,8%	45,7	56,5	-19,1%
Outros proveitos de exploração	(12,4)	(17,2)	-	(1,8)	(14,1)	-	(10,6)	(3,1)	-
Resultados em operações financeiras	28,3	191,3	-85,2%	4,7	163,8	-97,1%	23,6	27,5	-14,1%
Resultados por equivalência patrimonial	13,9	6,1	129,0%	13,9	6,4	116,8%	-	(0,3)	-
<b>Produto bancário</b>	<b>488,1</b>	<b>642,2</b>	<b>-24,0%</b>	<b>308,6</b>	<b>439,2</b>	<b>-29,7%</b>	<b>179,6</b>	<b>203,0</b>	<b>-11,6%</b>
Custos com o pessoal	138,4	143,4	-3,5%	91,5	92,8	-1,4%	46,9	50,7	-7,4%
Outros gastos administrativos	91,8	97,1	-5,4%	56,3	57,7	-2,4%	35,5	39,4	-9,8%
Amortizações do exercício	12,8	13,8	-7,1%	7,1	7,7	-8,4%	5,8	6,1	-5,5%
Custos operacionais	243,1	254,3	-4,4%	154,9	158,2	-2,1%	88,2	96,2	-8,3%
Resultados operacionais antes de imparidades e provisões	245,1	387,9	-36,8%	153,7	281,0	-45,3%	91,4	106,9	-14,5%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	160,7	201,0	-20,1%	142,0	179,4	-20,9%	18,7	21,7	-13,8%
Outras imparidades e provisões	15,4	70,1	-78,1%	15,9	70,3	-77,3%	(0,6)	(0,1)	-
Resultado antes de impostos	69,1	116,7	-40,8%	(4,2)	31,4	-	73,2	85,3	-14,2%
Impostos	15,0	32,8	-54,3%	(5,7)	16,8	-	20,7	16,0	28,8%
Resultado após impostos de operações em continuação	54,1	83,9	-35,6%	1,5	14,6	-89,9%	52,6	69,3	-24,1%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	29,0	16,7	74,0%	-	-	-	29,0	15,9	82,5%
Interesses que não controlam	36,4	30,1	20,7%	(0,4)	(0,2)	-	36,8	30,3	21,4%
<b>Resultado líquido</b>	<b>46,7</b>	<b>70,4</b>	<b>-33,7%</b>	<b>1,9</b>	<b>14,8</b>	<b>-</b>	<b>44,8</b>	<b>54,9</b>	<b>-18,3%</b>
<b>Indicadores de balanço e de atividade</b>									
Ativo total	76.295	78.313	-2,6%	55.681	56.727	-1,8%	20.614	21.587	-4,5%
Recursos totais de clientes <sup>(1)</sup>	63.818	64.837	-1,6%	47.750	48.256	-1,0%	16.068	16.581	-3,1%
Recursos de balanço de clientes <sup>(1)</sup>	51.677	52.010	-0,6%	36.950	36.985	-0,1%	14.727	15.025	-2,0%
Depósitos de clientes	49.553	49.212	0,7%	34.910	34.293	1,8%	14.643	14.919	-1,9%
Débitos para com clientes titulados	2.124	2.798	-24,1%	2.040	2.692	-24,2%	84	106	-20,7%
Recursos fora de balanço de clientes <sup>(1)</sup>	12.141	12.826	-5,3%	10.799	11.271	-4,2%	1.341	1.556	-13,8%
Ativos sob gestão	3.778	3.961	-4,6%	2.891	2.956	-2,2%	887	1.005	-11,8%
Produtos de capitalização	8.363	8.865	-5,7%	7.908	8.315	-4,9%	454	550	-17,5%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	1.461	3.137	-53,4%	-	1.590	-	1.461	1.547	-5,5%
Crédito a clientes (bruto) <sup>(1)</sup>	53.787	57.006	-5,6%	41.178	43.475	-5,3%	12.609	13.531	-6,8%
Particulares <sup>(1)</sup>	28.784	30.087	-4,3%	20.680	21.459	-3,6%	8.104	8.628	-6,1%
Hipotecário	24.807	26.024	-4,7%	18.319	18.971	-3,4%	6.488	7.053	-8,0%
Consumo e outros	3.977	4.062	-2,1%	2.361	2.488	-5,1%	1.616	1.575	2,6%
Empresas <sup>(1)</sup>	25.003	26.919	-7,1%	20.497	22.016	-6,9%	4.505	4.903	-8,1%
Serviços	9.858	10.626	-7,2%	8.960	9.640	-7,1%	898	986	-9,0%
Comércio	3.206	3.243	-1,2%	2.187	2.141	2,2%	1.018	1.102	-7,6%
Construção	3.309	3.902	-15,2%	2.976	3.368	-11,7%	333	534	-37,6%
Outros	8.631	9.149	-5,7%	6.375	6.868	-7,2%	2.256	2.281	-1,1%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	847	1.097	-22,8%	-	-	-	847	1.097	-22,8%
<b>Qualidade do crédito</b>									
Crédito vencido total <sup>(1)</sup>	4.204	4.417	-4,8%	3.898	4.118	-5,3%	306	299	2,3%
Crédito vencido há mais de 90 dias <sup>(1)</sup>	3.958	4.158	-4,8%	3.695	3.893	-5,1%	263	265	-0,8%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total <sup>(1)</sup>	7,4%	7,3%	-	9,0%	9,0%	-	2,1%	2,0%	-
Imparidade do crédito (balanço) <sup>(1)</sup>	3.406	3.550	-4,1%	2.999	3.116	-3,8%	407	434	-6,2%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total <sup>(1)</sup>	6,3%	6,2%	-	7,3%	7,2%	-	3,2%	3,2%	-
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias <sup>(1)</sup>	86,0%	85,4%	-	81,2%	80,0%	-	154,7%	163,5%	-
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) <sup>(1)</sup>	119	141	-	138	165	-	59	64	-
Crédito reestruturado / Crédito total <sup>(2)</sup>	9,9%	10,7%	-	-	-	-	-	-	-
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total <sup>(2)</sup>	5,7%	6,7%	-	-	-	-	-	-	-
Rácio de eficiência	49,4%	39,6%	-	49,6%	36,0%	-	49,1%	47,4%	-

(1) Ajustado do efeito das operações classificadas na rubrica de operações descontinuadas ou em descontinuação.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, na versão vigente, incluindo o Banco Millennium em Angola.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)  
(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A.  
Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto NIPC: 501 525 882  
Período de referência: Valores de referência em 000€  em Euros   
1º Trimestre  3º Trimestre  5º Trimestre <sup>(1)</sup>  Início: 01/01/2016 Fim: 31/03/2016

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
<b>ACTIVO (Líquido)</b>						
Créditos sobre Instituições de Crédito <sup>(2)</sup>	1.426.177.455	1.306.046.137	9,20%	2.040.289.009	2.430.514.230	-16,06%
Créditos sobre clientes	35.988.274.006	36.452.956.701	-1,27%	51.182.998.275	54.495.144.193	-6,08%
Títulos de rendimento fixo	6.446.296.960	6.236.431.239	3,37%	11.587.243.090	9.872.883.618	17,36%
Títulos de rendimento variável	3.132.425.817	3.195.703.701	-1,98%	2.557.390.014	2.743.417.886	-6,78%
Participações	3.660.903.060	3.779.047.478	-3,13%	331.502.469	318.288.470	4,15%
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS</b>						
Valor do Capital social	4.094.235.362	3.706.690.253	10,46%	4.094.235.362	3.706.690.253	10,46%
Nº de acções ordinárias	59.039.023.275	54.194.709.415	-	59.039.023.275	54.194.709.415	-
Nº de acções de outra natureza	0	0	-			-
Valor das Acções próprias	0	0	-	866.809	2.323.631	-62,70%
Nº de acções com voto	0	0	-	24.280.365	24.280.365	-
Nº de acções pref. Sem voto	0	0	-			-
Empréstimos subordinados	1.551.160.147	2.037.844.135	-23,88%	1.671.379.769	2.047.954.550	-18,39%
Interesses minoritários	0	0	-	1.053.406.613	1.044.697.390	0,83%
<b>PASSIVO</b>						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	10.062.186.305	10.989.964.492	-8,44%	10.813.908.111	11.065.979.698	-2,28%
Débitos para com clientes	35.193.425.513	34.514.345.325	1,97%	51.014.422.429	50.758.785.300	0,50%
Débitos representados por títulos	3.670.113.390	4.507.790.484	-18,58%	4.463.176.578	5.575.751.244	-19,95%
<b>TOTAL DO ACTIVO (Líquido)</b>	<b>56.707.292.853</b>	<b>57.261.821.891</b>	<b>-0,97%</b>	<b>76.295.263.487</b>	<b>78.313.483.561</b>	<b>-2,58%</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>4.559.445.624</b>	<b>3.152.064.499</b>	<b>44,65%</b>	<b>4.598.866.896</b>	<b>4.523.038.423</b>	<b>1,68%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>52.147.847.229</b>	<b>54.109.757.392</b>	<b>-3,63%</b>	<b>70.642.989.978</b>	<b>72.745.747.748</b>	<b>-2,89%</b>

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
<b>Margem Financeira</b> <sup>(3)</sup>	170.934.848	161.961.560	5,54%	292.359.487	297.819.855	-1,83%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	120.472.692	195.072.410	-38,24%	180.538.673	161.779.616	11,60%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	4.197.175	80.851.395	-94,81%	14.135.362	174.278.005	-91,89%
<b>Produto Bancário</b>	<b>295.604.715</b>	<b>437.885.365</b>	<b>-32,49%</b>	<b>487.033.522</b>	<b>633.877.476</b>	<b>-23,17%</b>
Custos pessoal, administ. e outros custos	-151.227.405	-153.464.537	-1,46%	-230.261.126	-240.529.193	-4,27%
Amortizações	-5.784.543	-5.902.718	-2,00%	-12.814.978	-13.797.377	-7,12%
Provisões (líquidas de reposições)	-137.043.354	-161.527.501	-15,16%	-159.768.739	-252.229.291	-36,66%
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>n.a.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>n.a.</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>1.549.413</b>	<b>116.990.609</b>	<b>-98,68%</b>	<b>84.188.679</b>	<b>127.321.615</b>	<b>-33,88%</b>
Imposto sobre o rendimento <sup>(4)</sup>	1.769.629	-17.449.299	-110,14%	-14.998.323	-32.816.328	-54,30%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	-22.512.487	-24.092.171	-6,56%
<b>Resultado líquido ao trimestre</b>	<b>3.319.042</b>	<b>99.541.310</b>	<b>-96,67%</b>	<b>46.677.869</b>	<b>70.413.116</b>	<b>-33,71%</b>
<b>Resultado líquido ao trimestre por acção</b>	<b>0,0001</b>	<b>0,0018</b>	<b>-96,94%</b>	<b>0,0008</b>	<b>0,0013</b>	<b>-39,15%</b>
<b>Autofinanciamento</b> <sup>(5)</sup>	<b>146.146.939</b>	<b>266.971.529</b>	<b>-45,26%</b>	<b>219.261.586</b>	<b>336.439.784</b>	<b>-34,83%</b>

<sup>(1)</sup> Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente ao ano civil (Art.65.º - A do Código das Sociedades comerciais)

<sup>(2)</sup> Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

<sup>(3)</sup> Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados

<sup>(4)</sup> Estimativa de imposto sobre rendimento

<sup>(5)</sup> Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

## BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados  
para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015

	31 março 2016	31 março 2015
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	486.669	567.464
Juros e custos equiparados	(194.310)	(269.645)
Margem financeira	292.359	297.819
Rendimentos de instrumentos de capital	2.044	1.951
Resultado de serviços e comissões	163.949	162.285
Resultados em operações de negociação e de cobertura	15.577	14.833
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	12.755	176.449
Outros proveitos de exploração	(11.616)	(16.483)
	475.068	636.854
Outros resultados de atividades não bancárias	4.247	4.249
Total de proveitos operacionais	479.315	641.103
Custos com o pessoal	138.444	143.444
Outros gastos administrativos	91.817	97.085
Amortizações do exercício	12.815	13.797
Total de custos operacionais	243.076	254.326
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	236.239	386.777
Imparidade do crédito	(160.657)	(201.047)
Imparidade de outros ativos financeiros	(16.241)	(18.955)
Imparidade de outros ativos	(5.442)	(41.242)
Outras provisões	6.330	(9.940)
Resultado operacional	60.229	115.593
Resultados por equivalência patrimonial	13.874	6.058
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(5.046)	(4.945)
Resultado antes de impostos	69.057	116.706
Impostos		
Correntes	(24.554)	(29.582)
Diferidos	9.556	(3.234)
Resultado após impostos de operações em continuação	54.059	83.890
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	29.005	16.673
Resultado após impostos	83.064	100.563
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	46.678	70.413
Interesses que não controlam	36.386	30.150
Resultado do período	83.064	100.563
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,003	0,005
Diluído	0,003	0,005

## BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de março de 2016 e de 2015 e 31 de dezembro de 2015

	31 março 2016	31 dezembro 2015	31 março 2015
	(Milhares de Euros)		
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.210.409	1.840.317	2.382.977
Disponibilidades em outras instituições de crédito	739.793	776.413	1.127.109
Aplicações em instituições de crédito	1.300.496	921.648	1.303.406
Créditos a clientes	51.182.998	51.970.159	54.495.144
Ativos financeiros detidos para negociação	2.009.383	1.188.805	2.069.458
Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	150.833	152.018	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.459.614	10.779.030	10.088.065
Ativos com acordo de recompra	50.766	-	19.852
Derivados de cobertura	128.735	73.127	70.952
Ativos financeiros detidos até à maturidade	474.038	494.891	438.926
Investimentos em associadas	331.502	315.729	318.288
Ativos não correntes detidos para venda	1.783.612	1.765.382	1.668.673
Propriedades de investimento	141.917	146.280	169.857
Outros ativos tangíveis	626.881	670.871	775.484
Goodwill e ativos intangíveis	207.842	210.916	208.538
Ativos por impostos correntes	43.331	43.559	40.887
Ativos por impostos diferidos	2.571.446	2.561.506	2.326.584
Outros ativos	881.667	974.228	809.283
	<b>76.295.263</b>	<b>74.884.879</b>	<b>78.313.483</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições de crédito	10.813.908	8.591.045	11.065.979
Depósitos de clientes	51.014.422	51.538.583	50.758.785
Títulos de dívida emitidos	4.463.177	4.768.269	5.575.751
Passivos financeiros detidos para negociação	847.637	723.228	1.024.841
Derivados de cobertura	470.510	541.230	745.562
Provisões	273.188	284.810	314.301
Passivos subordinados	1.671.380	1.645.371	2.047.955
Passivos por impostos correntes	20.337	22.287	24.884
Passivos por impostos diferidos	16.039	14.810	9.679
Outros passivos	1.052.392	1.074.675	1.178.011
Total do Passivo	<b>70.642.990</b>	<b>69.204.308</b>	<b>72.745.748</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	4.094.235	4.094.235	3.706.690
Títulos próprios	(867)	(1.187)	(13.909)
Prémio de emissão	16.471	16.471	-
Ações preferenciais	59.910	59.910	171.175
Outros instrumentos de capital	2.922	2.922	9.853
Reservas de justo valor	15.541	23.250	276.588
Reservas e resultados acumulados	363.976	192.224	302.228
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	46.678	235.344	70.413
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco	<b>4.598.866</b>	<b>4.623.169</b>	<b>4.523.038</b>
Interesses que não controlam	<b>1.053.407</b>	<b>1.057.402</b>	<b>1.044.697</b>
Total de Capitais Próprios	<b>5.652.273</b>	<b>5.680.571</b>	<b>5.567.735</b>
	<b>76.295.263</b>	<b>74.884.879</b>	<b>78.313.483</b>

## GLOSSÁRIO

**Carteira de títulos** - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra, ativos financeiros detidos até à maturidade e outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados .

**Cobertura do crédito vencido** - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos.

**Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias** - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias.

**Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço** - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

**Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço e garantias reais e financeiras** - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o montante de garantias reais e financeiras associadas, e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

**Cobertura de non-performing loans por imparidade de balanço** - rácio entre as imparidades de balanço e NPL.

**Cobertura do crédito a clientes com incumprimento por imparidades de balanço** - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes com incumprimento (bruto).

**Core income** - margem financeira e comissões.

**Crédito a clientes com incumprimento** - crédito vencido há mais de 90 dias e crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

**Crédito a clientes com incumprimento, líquido** - crédito a clientes com incumprimento deduzido das imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

**Crédito a clientes em risco** - conceito mais abrangente do que o conceito de NPL, incorporando também créditos reestruturados cujas alterações contratuais relativamente às condições iniciais resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco mais elevada do que anteriormente; os créditos reestruturados que resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco inferior (por exemplo através do reforço do colateral) não estão incluídos no crédito em risco.

**Crédito a clientes em risco, líquido** - crédito a clientes em risco deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

**Custo do risco, líquido (expresso em pb)** - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito (líquidas de recuperações) contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes.

**Custo do risco, bruto (expresso em pb)** - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes.

**Custos operacionais** - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

**Débitos para com clientes titulados** - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

**Gap comercial** - diferença entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de recursos de clientes de balanço.

**Non-performing loans (“NPL”)** - crédito vencido a mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

**Outras imparidades e provisões** - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

**Outros proveitos de exploração líquidos** - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

**Outros proveitos líquidos** - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

**Produto bancário** - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros resultados de exploração.

**Produtos de capitalização** - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

**Rácio de cost to core income** - rácio entre custos operacionais e o core income.

**Rácio de crédito com incumprimento** - rácio entre o valor de crédito com incumprimento e o total de crédito a clientes (bruto).

**Rácio de crédito com incumprimento, líquido** - rácio entre o valor de crédito com incumprimento (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

**Rácio de crédito em risco** - rácio entre o valor de crédito em risco e o total de crédito a clientes (bruto).

**Rácio de crédito em risco, líquido** - rácio entre o valor de crédito em risco (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

**Rácio de eficiência** - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

**Rácio *loan to value* (“LTV”)** - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

**Rácio de *non-performing loans*** - quociente entre o crédito vencido a mais de 90 dias e o crédito vincendo associado, e o total de crédito a clientes (bruto).

**Rácio de transformação** - rácio entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de depósitos de clientes.

**Recursos de clientes de balanço** - débitos para com clientes titulados e não titulados (depósitos de clientes).

**Recursos totais de clientes** - recursos de clientes de balanço, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

**Rendimentos de instrumentos de capital** - dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

**Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004)** - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio.

**Rendibilidade do ativo médio (“ROA”)** - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio. Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

**Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004)** - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

**Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”)** - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

**Resultado *Core* (*Core net income*)** - corresponde ao agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

**Resultados em operações financeiras** - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

**Resultados por equivalência patrimonial** - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

**Spread** - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

**Taxa de margem financeira (“NIM”)** - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

## “Disclaimer”

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros três meses de 2015 e 2016 não foram objeto de auditoria.

## Banco Comercial Português

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

31 de março de 2016

# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

## Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015

	Notas	31 março 2016	31 março 2015
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	486.669	567.464
Juros e custos equiparados	3	<u>(194.310)</u>	<u>(269.645)</u>
Margem financeira		292.359	297.819
Rendimentos de instrumentos de capital	4	2.044	1.951
Resultados de serviços e comissões	5	163.949	162.285
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	15.577	14.833
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	12.755	176.449
Outros proveitos / (custos) de exploração	8	<u>(11.616)</u>	<u>(16.483)</u>
		475.068	636.854
Outros resultados de atividades não bancárias		<u>4.247</u>	<u>4.249</u>
Total de proveitos operacionais		<u>479.315</u>	<u>641.103</u>
Custos com o pessoal	9	138.444	143.444
Outros gastos administrativos	10	91.817	97.085
Amortizações do período	11	<u>12.815</u>	<u>13.797</u>
Total de custos operacionais		<u>243.076</u>	<u>254.326</u>
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		236.239	386.777
Imparidade do crédito	12	(160.657)	(201.047)
Imparidade de outros ativos financeiros	13	(16.241)	(18.955)
Imparidade de outros ativos	27 e 32	(5.442)	(41.242)
Outras provisões	14	<u>6.330</u>	<u>(9.940)</u>
Resultado operacional		60.229	115.593
Resultados por equivalência patrimonial	15	13.874	6.058
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	16	<u>(5.046)</u>	<u>(4.945)</u>
Resultado antes de impostos		69.057	116.706
Impostos			
Correntes	31	(24.554)	(29.582)
Diferidos	31	<u>9.556</u>	<u>(3.234)</u>
Resultado após impostos de operações em continuação		54.059	83.890
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	17	<u>29.005</u>	<u>16.673</u>
Resultado após impostos		<u>83.064</u>	<u>100.563</u>
Resultado líquido do período atribuível a:			
Acionistas do Banco		46.678	70.413
Interesses que não controlam	44	<u>36.386</u>	<u>30.150</u>
Resultado líquido do período		<u>83.064</u>	<u>100.563</u>
Resultado por ação (em Euros)	18		
Básico		0,003	0,005
Diluído		0,003	0,005

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A COMISSÃO EXECUTIVA

# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	Notas	31 março 2016	31 dezembro 2015
		(Milhares de Euros)	
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	19	2.210.409	1.840.317
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	739.793	776.413
Aplicações em instituições de crédito	21	1.300.496	921.648
Créditos a clientes	22	51.182.998	51.970.159
Ativos financeiros detidos para negociação	23	2.009.383	1.188.805
Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	23	150.833	152.018
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	11.459.614	10.779.030
Ativos com acordo de recompra		50.766	-
Derivados de cobertura	24	128.735	73.127
Ativos financeiros detidos até à maturidade	25	474.038	494.891
Investimentos em associadas	26	331.502	315.729
Ativos não correntes detidos para venda	27	1.783.612	1.765.382
Propriedades de investimento	28	141.917	146.280
Outros ativos tangíveis	29	626.881	670.871
<i>Goodwill</i> e ativos intangíveis	30	207.842	210.916
Ativos por impostos correntes		43.331	43.559
Ativos por impostos diferidos	31	2.571.446	2.561.506
Outros ativos	32	881.667	974.228
<b>Total do Ativo</b>		<b>76.295.263</b>	<b>74.884.879</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições de crédito	33	10.813.908	8.591.045
Depósitos de clientes	34	51.014.422	51.538.583
Títulos de dívida emitidos	35	4.463.177	4.768.269
Passivos financeiros detidos para negociação	36	847.637	723.228
Derivados de cobertura	24	470.510	541.230
Provisões	37	273.188	284.810
Passivos subordinados	38	1.671.380	1.645.371
Passivos por impostos correntes		20.337	22.287
Passivos por impostos diferidos	31	16.039	14.810
Outros passivos	39	1.052.392	1.074.675
<b>Total do Passivo</b>		<b>70.642.990</b>	<b>69.204.308</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	40	4.094.235	4.094.235
Prémio de emissão		16.471	16.471
Ações preferenciais	40	59.910	59.910
Outros instrumentos de capital	40	2.922	2.922
Títulos próprios	43	(867)	(1.187)
Reservas de justo valor	42	15.541	23.250
Reservas e resultados acumulados	42	363.976	192.224
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco		46.678	235.344
<b>Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco</b>		<b>4.598.866</b>	<b>4.623.169</b>
Interesses que não controlam	44	1.053.407	1.057.402
<b>Total de Capitais Próprios</b>		<b>5.652.273</b>	<b>5.680.571</b>
		<b>76.295.263</b>	<b>74.884.879</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A COMISSÃO EXECUTIVA

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados**  
**para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015**

	<b>31 março 2016</b>	<b>31 março 2015</b>
	(Milhares de Euros)	
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Juros recebidos	442.209	525.732
Comissões recebidas	197.524	182.938
Recebimentos por prestação de serviços	16.246	17.939
Pagamento de juros	(160.644)	(286.852)
Pagamento de comissões	(32.437)	(40.706)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	8.222	15.787
Prémios de seguros recebidos	8.507	7.595
Pagamento de indemnizações da atividade seguradora	(2.261)	(3.026)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(320.714)	(392.176)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(11.668)	(26.136)
	<u>144.984</u>	<u>1.095</u>
<i>Diminuição / (aumento) de ativos operacionais:</i>		
Fundos recebidos de / (adiantados a) instituições de crédito	(287.493)	64.277
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(573.729)	(620.139)
Fundos recebidos de clientes	648.352	(634.047)
Títulos negociáveis a curto prazo	(877.959)	(230.038)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	200.529	68.022
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	2.027.182	87.071
Débitos para com clientes – à vista	(711.569)	33.210
Débitos para com clientes – a prazo	204.163	529.209
	<u>774.460</u>	<u>(701.340)</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	-	301.855
Dividendos recebidos	2.044	1.951
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade	54.193	126.334
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	1.698.235	4.337.508
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(11.693.504)	(14.074.166)
Vencimento de ativos financeiros disponíveis para venda	9.025.112	10.261.114
Compra de ativos tangíveis e intangíveis	(15.698)	(17.917)
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	1.306	1.256
Diminuição / (aumento) em outras contas do ativo	261.747	477.003
	<u>(666.565)</u>	<u>1.414.938</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Emissão de dívida subordinada	967	520
Reembolso de dívida subordinada	(21)	-
Emissão de empréstimos obrigacionistas	47.658	125.014
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(382.483)	(369.683)
Emissão de papel comercial e de outros títulos	15.212	78.309
Reembolso de papel comercial e de outros títulos	(8.142)	(558)
Dividendos pagos a interesses que não controlam	(555)	(11.115)
Aumento / (diminuição) em outras contas de passivo e interesses que não controlam	183.327	(321.401)
	<u>(144.037)</u>	<u>(498.914)</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(112.222)	84.320
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	(148.364)	299.004
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>1.401.724</u>	<u>1.398.584</u>
Caixa (nota 20)	513.567	570.479
Outros investimentos de curto prazo (nota 21)	739.793	1.127.109
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u><u>1.253.360</u></u>	<u><u>1.697.588</u></u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
**Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados**  
**para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<b>Outro rendimento integral do período</b>						<b>Reservas livres e resultados acumulados</b>	<b>Títulos próprios</b>	<b>Capital próprio atribuível aos acionistas do Banco</b>	<b>Interesses que não controlam (nota 44)</b>	<b>Total dos capitais próprios</b>		
	<b>Capital</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Outros instrumentos de capital</b>	<b>Prémio de emissão</b>	<b>Reservas legais e estatutárias</b>	<b>Reservas justas e cobertura</b>						<b>fluxo de caixa</b>	<b>Outros</b>
<i>Saldos em 31 de dezembro de 2014</i>	3.706.690	171.175	9.853	-	223.270	106.898	(2.383.487)	2.391.684	(13.547)	4.212.536	774.371	4.986.907	
<i>Outro rendimento integral</i>													
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	40.913	-	-	40.913	38.846	79.759	
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	162.199	-	-	-	162.199	(7.987)	154.212	
Perdas atuariais no período													
Impostos	-	-	-	-	-	-	(5.782)	-	-	(5.782)	-	(5.782)	
Alienação de 15,41% do Bank Millennium S.A.	-	-	-	-	-	7.491	4.561	-	-	12.052	(7.491)	4.561	
Resultado líquido do período:													
Operações em continuação	-	-	-	-	-	-	-	61.673	-	61.673	22.217	83.890	
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-	-	-	-	-	-	8.740	-	8.740	7.933	16.673	
<i>Total do rendimento integral do período</i>	-	-	-	-	-	169.690	39.692	70.413	-	279.795	53.518	333.313	
Dividendos do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.115)	(11.115)	
Alienação de 15,41% do Bank Millennium S.A.	-	-	-	-	-	-	-	31.089	-	31.089	227.910	258.999	
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	-	(362)	(362)	-	(362)	
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	-	(20)	-	(20)	13	(7)	
<i>Saldos em 31 de março de 2015</i>	3.706.690	171.175	9.853	-	223.270	276.588	(2.343.795)	2.493.166	(13.909)	4.523.038	1.044.697	5.567.735	
<i>Outro rendimento integral</i>													
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	(124.951)	-	-	(124.951)	(110.317)	(235.268)	
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	(253.338)	-	-	-	(253.338)	27.034	(226.304)	
Perdas atuariais no período:													
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	(110.507)	-	-	(110.507)	(185)	(110.692)	
Impostos	-	-	-	-	-	-	92.241	-	-	92.241	(17)	92.224	
Resultado líquido do período:													
Operações em continuação	-	-	-	-	-	-	-	121.108	-	121.108	65.636	186.744	
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-	-	-	-	-	-	43.823	-	43.823	29.831	73.654	
<i>Total do rendimento integral do período</i>	-	-	-	-	-	(253.338)	(143.217)	164.931	-	(231.624)	11.982	(219.642)	
Aumento do capital social por troca de títulos (nota 40)	387.545	(111.265)	(6.931)	16.471	-	-	-	-	-	285.820	-	285.820	
Despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(1.173)	-	(1.173)	-	(1.173)	
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	247	-	247	-	247	
Dividendos do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	958	958	
Alienação de 15,41% do Bank Millennium S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(101)	-	(101)	-	(101)	
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	34.468	12.722	47.190	-	47.190	
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	3.434	(3.662)	-	(228)	(235)	(463)	
<i>Saldos em 31 de dezembro de 2015</i>	4.094.235	59.910	2.922	16.471	223.270	23.250	(2.483.578)	2.687.876	(1.187)	4.623.169	1.057.402	5.680.571	

(continua)

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
**Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados**  
**para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015**

(continuação)

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<b>Outro rendimento integral do período</b>							<b>Reservas livres e resultados acumulados</b>	<b>Títulos próprios</b>	<b>Capital próprio atribuível aos acionistas do Banco</b>	<b>Interesses que não controlam (nota 44)</b>	<b>Total dos capitais próprios</b>
	<b>Capital</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Outros instrumentos de capital</b>	<b>Prémio de emissão</b>	<b>Reservas legais e estatutárias</b>	<b>Reservas justo valor e cobertura</b>						
						<b>fluxo de caixa</b>	<b>Outros</b>					
<i>Saldos em 31 de dezembro de 2015</i>	4.094.235	59.910	2.922	16.471	223.270	23.250	(2.483.578)	2.687.876	(1.187)	4.623.169	1.057.402	5.680.571
<i>Outro rendimento integral</i>												
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	(64.138)	-	-	(64.138)	(48.084)	(112.222)
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	(7.709)	-	-	-	(7.709)	8.321	612
Perdas atuariais no período:												
Impostos	-	-	-	-	-	-	12	-	-	12	-	12
Resultado líquido do período:												
Operações em continuação	-	-	-	-	-	-	-	32.146	-	32.146	21.913	54.059
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-	-	-	-	-	-	14.532	-	14.532	14.473	29.005
<i>Total do rendimento integral do período</i>	-	-	-	-	-	(7.709)	(64.126)	46.678	-	(25.157)	(3.377)	(28.534)
Despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	25	-	25	-	25
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)	-	(5)
Dividendos da SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(555)	(555)
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	-	320	320	-	320
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	-	514	-	514	(63)	451
<i>Saldos em 31 de março de 2016</i>	4.094.235	59.910	2.922	16.471	223.270	15.541	(2.547.704)	2.735.088	(867)	4.598.866	1.053.407	5.652.273

# BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

## Demonstração do Rendimento Integral Consolidada para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2015

<b>31 março 2016</b>					
(Milhares de Euros)					
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Atribuíveis a	
				Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Reserva de justo valor	(1.396)	560	(836)	(11.148)	10.312
Impostos	1.616	(168)	1.448	3.439	(1.991)
	220	392	612	(7.709)	8.321
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(46.128)	(66.094)	(112.222)	(64.138)	(48.084)
	(45.908)	(65.702)	(111.610)	(71.847)	(39.763)
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Perdas atuariais do período					
Impostos	12	-	12	12	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(45.896)	(65.702)	(111.598)	(71.835)	(39.763)
Resultado líquido do período:					
Operações em continuação	54.059	-	54.059	32.146	21.913
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	29.005	29.005	14.532	14.473
Total do rendimento integral do período	8.163	(36.697)	(28.534)	(25.157)	(3.377)

<b>31 março 2015</b>					
(Milhares de Euros)					
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Atribuíveis a	
				Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Reserva de justo valor	219.362	(1.007)	218.355	237.533	(19.178)
Impostos	(64.445)	302	(64.143)	(67.843)	3.700
	154.917	(705)	154.212	169.690	(15.478)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	60.366	23.954	84.320	45.474	38.846
	215.283	23.249	238.532	215.164	23.368
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>					
Perdas atuariais do período					
Impostos	(5.782)	-	(5.782)	(5.782)	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	209.501	23.249	232.750	209.382	23.368
Resultado líquido do período:					
Operações em continuação	83.890	-	83.890	61.673	22.217
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	16.673	16.673	8.740	7.933
Total do rendimento integral do período	293.391	39.922	333.313	279.795	53.518

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

## 1. Políticas contabilísticas

### a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o "Banco") é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua atividade em 5 de maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto "Grupo") e a participação do Grupo nas associadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 e de 2015.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 2 de maio de 2016. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. As demonstrações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2016 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

O Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 ad).

### b) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Banco e das suas subsidiárias (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

#### *Participações financeiras em subsidiárias*

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases/etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

#### *Investimentos financeiros em associadas*

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

#### *Diferenças de consolidação - Goodwill*

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

#### *Aquisição e diluição de Interesses que não controlam*

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

#### *Perda de controlo*

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

#### *Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade. Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efetiva, a diferença apurada é registada em resultados do período.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do período, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respetiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

#### *Transações eliminadas em consolidação*

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

*c) Crédito a clientes*

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

*Imparidade*

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise coletiva.

*(i) Análise individual*

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes fatores:

- a exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas coletivamente.

*(ii) Análise coletiva*

As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva podem ser calculadas através de duas perspetivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos coletivos são determinadas considerando os seguintes aspetos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das atuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objetiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objetivo de determinar as perdas por imparidade em termos coletivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

d) *Instrumentos Financeiros*

(i) *Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente:

1) *Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

1a) *Ativos financeiros detidos para negociação*

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) *Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)*

O Grupo adotou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica Resultados em operações de negociação e de cobertura.

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações;
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os ativos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) *Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e ficará, durante dois anos, impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) *Crédito a clientes - Crédito titulado*

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

5) *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações de negociação e de cobertura", no momento em que ocorrem.

(ii) *Imparidade*

Em cada data de balanço, é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) *Derivados embutidos*

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) *Contabilidade de cobertura*

(i) *Contabilidade de cobertura*

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) *Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) *Cobertura de fluxos de caixa*

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado, acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura, podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- reconhecidas de imediato em resultados do período, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

*(iv) Efetividade de cobertura*

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

*(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira*

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

*f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros*

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

*g) Desreconhecimento*

O Grupo desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

*h) Instrumentos de capital*

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

*i) Instrumentos financeiros compostos*

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para ações ordinárias (número de ações) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor atual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

*j) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra*

*(i) Empréstimo de títulos*

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

*(ii) Acordos de recompra*

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

*k) Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas*

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do período.

*l) Locação financeira*

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

*m) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

*n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões*

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

*o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura, Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade)*

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

*p) Atividades fiduciárias*

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

*q) Outros ativos tangíveis*

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

*r) Propriedades de investimento*

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objetivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve refletir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período na rubrica de Outros proveitos operacionais.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

s) *Ativos intangíveis*

*Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento*

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como gasto no período em que ocorrem.

*Software*

O Grupo regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

t) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

u) *Offsetting*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) *Benefícios a empregados*

*Plano de benefícios definidos*

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

Até 2011, a par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo tinha assumido a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo admitidos até 21 de setembro de 2006 (Plano Complementar). O Grupo no final do exercício de 2012 determinou a extinção ("corte") do benefício de velhice do Plano Complementar. Em 14 de dezembro de 2012, o ISP aprovou formalmente esta alteração ao plano de benefícios do Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2012. O corte do plano foi efetuado, tendo sido atribuído aos colaboradores direitos adquiridos individualizados. Nessa data, o Grupo procedeu igualmente à liquidação da respetiva responsabilidade.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida, continuaram a cargo das Instituições.

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante, à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

#### *Planos de contribuição definida*

Para os Planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um gasto do período quando devidas.

Em 31 de março de 2016, o Grupo tem 2 planos de contribuição definida. Um plano abrange os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009. Para este plano, designado não contributivo, serão efetuadas contribuições do Grupo anuais e iguais a 1% da remuneração anual paga aos colaboradores no ano anterior. As contribuições apenas serão efetuadas caso sejam cumpridos os seguintes requisitos: (i) o ROE do Banco seja igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português.

Um outro plano abrange os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009. Para este plano, designado contributivo, serão efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Grupo e quer pelos próprios colaboradores.

#### *Planos de remuneração com ações*

À data de 31 de março de 2016 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

#### *Remuneração variável paga aos colaboradores*

Compete à Comissão Executiva fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no período a que dizem respeito.

#### *x) Impostos sobre lucros*

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

y) *Relato por segmentos*

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento de negócio é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta. O Grupo controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Atividade desenvolvida em Portugal:

- Banca de Retalho que inclui também o ActivoBank;
- Banca de Empresas que inclui as redes de Empresas, do *Corporate*, do *Large Corporates* e de Banca de Investimento;
- *Private Banking*;
- *Portfolio* de Negócios Não Core

Atividade desenvolvida no exterior:

- Polónia;
- Angola (operação descontinuada/em descontinuação);
- Moçambique.

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao Plano de Reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, a Millennium bcp Gestão de Activos foi enquadrada como operação em descontinuação no decurso de 2013.

A partir desta data, o impacto em resultados das suas operações foi apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação. Ao nível do balanço consolidado, a relevação dos ativos e passivos da Millennium bcp Gestão de Activos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2015. No entanto, na sequência da alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos, em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

De modo similar, no que se refere ao Banco Millennium em Angola, face ao acordo firmado com o maior acionista do Banco Privado Atlântico para fundir as duas entidades, a aprovação do respetivo plano de fusão e a obtenção das autorizações necessárias para concluir esta operação, o Banco Millennium em Angola foi considerado também como operação em descontinuação em março de 2016, sendo as suas contas apresentadas de acordo com os critérios referidos relativamente à Millennium bcp Gestão de Activos, incluindo as do período homólogo de 2015.

Outros

O agregado Outros inclui a atividade não alocada aos segmentos anteriormente referidos, nomeadamente a desenvolvida pelas subsidiárias na Suíça e Ilhas Caimão.

z) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

aa) *Resultado por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

ab) *Contratos de seguro*

*Classificação*

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

*Reconhecimento e mensuração*

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pro-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

*Prémios*

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no período a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no período a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

*Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método *pro rata temporis*, por cada recibo em vigor.

*Teste de adequação das responsabilidades*

A cada data de reporte, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

*ac) Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros*

O Banco Comercial Português e o Banco ActivoBank são entidades autorizadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros os Bancos efetuam a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, os Bancos recebem comissões pela mediação de contratos de seguros e de contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros Ativos.

*ad) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

*Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

*Perdas por imparidade em créditos a clientes*

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

*Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

*Investimentos detidos até à maturidade*

O Grupo classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

*Entidades incluídas no perímetro de consolidação*

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

*Impostos sobre os lucros*

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

*Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

*Imparidade do Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**2. Margem financeira e resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade**

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos em cada uma destas rubricas, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Margem financeira	292.359	297.819
Resultados em operações de negociação e de cobertura	15.577	14.833
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	12.755	176.449
	<u>320.691</u>	<u>489.101</u>

**3. Margem financeira**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	396.218	452.762
Juros de títulos de negociação	1.437	4.957
Juros de outros ativos financeiros		
ao justo valor através de resultados	1.510	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	49.904	51.090
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	2.261	22.689
Juros de derivados de cobertura	25.194	25.371
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros		
valorizados ao justo valor através de resultados	3.225	3.272
Juros de depósitos e outras aplicações	6.920	7.323
	<u>486.669</u>	<u>567.464</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	112.103	178.918
Juros de títulos emitidos	43.298	51.919
Juros de passivos subordinados		
Instrumentos híbridos qualificáveis como <i>core tier 1</i>		
(CoCos) subscritos pelo Estado Português	16.401	15.713
Outros	14.358	16.361
Juros de derivados de cobertura	3.873	2.803
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros		
valorizados ao justo valor através de resultados	4.277	3.931
	<u>194.310</u>	<u>269.645</u>
	<u>292.359</u>	<u>297.819</u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 10.152.000 (31 de março 2015: Euros 12.726.000) relativo a comissões e outros proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

As rubricas de Juros de títulos emitidos e de Juros de passivos subordinados incluem o montante de Euros 22.516.000 (31 de março 2015: Euros 21.386.000) referentes a comissões e outros custos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**4. Rendimentos de instrumentos de capital**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>2.044</u>	<u>1.951</u>

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

**5. Resultados de serviços e comissões**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Serviços e comissões recebidas</i>		
Por garantias prestadas	17.397	19.212
Por compromissos perante terceiros	1.068	507
Por serviços bancários prestados	99.002	106.619
Comissões da atividade seguradora	379	537
Operações sobre títulos	21.559	23.822
Gestão e manutenção de contas	22.563	18.885
Atividades fiduciárias e <i>trust</i>	237	302
Outras comissões	<u>26.420</u>	<u>17.215</u>
	<u>188.625</u>	<u>187.099</u>
<i>Serviços e comissões pagas</i>		
Por garantias recebidas	1.169	924
Por serviços bancários prestados por terceiros	17.394	18.706
Comissões da atividade seguradora	553	519
Operações sobre títulos	2.468	2.464
Outras comissões	<u>3.092</u>	<u>2.201</u>
	<u>24.676</u>	<u>24.814</u>
	<u>163.949</u>	<u>162.285</u>

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados, inclui o montante de Euros 20.197.000 (31 de março de 2015: Euros 19.125.000) relativo a comissões de mediação de seguros.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**6. Resultados em operações de negociação e de cobertura**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	525.258	1.044.829
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	3.011	8.756
Rendimento variável	113	12
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	27.113	15.016
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	10.889	15.320
Outros instrumentos financeiros derivados	125.472	222.592
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Carteira de Títulos		
Outros instrumentos financeiros	4.030	708
Recompras de emissões próprias	5.759	6.468
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	15.398	10.768
Instrumentos cobertos	66.156	6.345
Outras operações	25.234	760
	<u>808.433</u>	<u>1.331.574</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	503.046	1.033.550
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	2.635	3.218
Rendimento variável	101	1.033
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	270	64.651
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	9.278	10.405
Outros instrumentos financeiros derivados	177.844	175.484
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	2.686	-
Outros instrumentos financeiros	5.766	8.481
Recompras de emissões próprias	5.608	1.430
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	75.868	12.232
Instrumentos cobertos	7.139	5.330
Outras operações	2.615	927
	<u>792.856</u>	<u>1.316.741</u>
	<u>15.577</u>	<u>14.833</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
Rendimento fixo	13.187	172.007
Rendimento variável	(2)	4.678
<i>Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
Rendimento fixo	(430)	(236)
	<u>12.755</u>	<u>176.449</u>

A rubrica Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda - Rendimento fixo - inclui, em 31 de março de 2016, o montante de Euros 6.000 (31 de março de 2015: Euros 163.596.000) relativo a mais-valias resultantes da alienação de Obrigações de Tesouro de dívida pública portuguesa.

**8. Outros proveitos / (custos) de exploração**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	8.356	7.128
Venda de cheques e outros	3.347	3.402
Outros proveitos de exploração	1.182	189
	<u>12.885</u>	<u>10.719</u>
<i>Custos</i>		
Impostos	4.200	3.195
Donativos e quotizações	1.107	981
Outros custos de exploração	19.194	23.026
	<u>24.501</u>	<u>27.202</u>
	<u>(11.616)</u>	<u>(16.483)</u>

**9. Custos com o pessoal**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Remunerações	102.794	107.911
Encargos sociais obrigatórios	26.604	27.105
Encargos sociais facultativos	5.194	6.105
Prémio de antiguidade	828	892
Outros custos	3.024	1.431
	<u>138.444</u>	<u>143.444</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**10. Outros gastos administrativos**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Água, energia e combustíveis	4.338	4.459
Material de consumo corrente	1.159	1.426
Rendas e alugueres	24.982	25.619
Comunicações	5.752	6.088
Deslocações, estadas e representações	1.997	2.014
Publicidade	4.949	7.548
Conservação e reparação	5.343	5.210
Cartões e crédito imobiliário	918	1.070
Estudos e consultas	2.038	2.864
Informática	4.481	4.316
<i>Outsourcing</i> e trabalho independente	18.562	18.347
Outros serviços especializados	5.916	5.714
Formação do pessoal	155	235
Seguros	1.034	1.284
Contencioso	1.482	2.117
Transportes	2.087	1.949
Outros fornecimentos e serviços	6.624	6.825
	<u>91.817</u>	<u>97.085</u>

**11. Amortizações do período**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Ativos intangíveis</i>		
<i>Software</i>	2.570	3.061
Outros ativos intangíveis	164	40
	<u>2.734</u>	<u>3.101</u>
<i>Outros ativos tangíveis</i>		
Imóveis	4.878	5.535
Equipamento		
Mobiliário	415	449
Máquinas	185	244
Equipamento informático	2.022	1.954
Instalações interiores	491	509
Viaturas	1.145	967
Equipamento de segurança	413	487
Outros equipamentos	532	550
Outros ativos tangíveis	-	1
	<u>10.081</u>	<u>10.696</u>
	<u>12.815</u>	<u>13.797</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**12. Imparidade do crédito**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Aplicações em instituições de crédito</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	-	2
Reversão do período	-	(2)
	<u>-</u>	<u>-</u>
<i>Crédito concedido a clientes</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	267.033	282.706
Reversão do período	(98.154)	(65.920)
Recuperações de crédito e de juros	(8.222)	(15.739)
	<u>160.657</u>	<u>201.047</u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação de evidência objetiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

**13. Imparidade de outros ativos financeiros**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
Dotação do período	<u>16.241</u>	<u>18.955</u>

**14. Outras provisões**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Provisões para garantias e outros compromissos</i>		
Dotação do período	1.668	6.326
Reversão do período	(11.046)	(2.416)
	<u>(9.378)</u>	<u>3.910</u>
<i>Outras provisões para riscos e encargos</i>		
Dotação do período	3.048	6.030
	<u>(6.330)</u>	<u>9.940</u>

**15. Resultados por equivalência patrimonial**

Os principais contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial são analisados como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	6.845	6.181
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	8.778	416
Banque BCP, S.A.S.	682	629
SIBS, S.G.P.S, S.A.	549	719
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	20	(3)
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	-	95
Outras empresas	(3.000)	(1.979)
	<u>13.874</u>	<u>6.058</u>

Em dezembro de 2015, o Grupo procedeu à venda de 50% da VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda. à GE Capital Holding Portugal, SGPS, Unipessoal Lda.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**16. Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos**

A rubrica Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos - Outros ativos corresponde, nomeadamente, a menos valias decorrentes da venda e reavaliações de ativos detidos pelo Grupo e classificados como ativos não correntes detidos para venda.

**17. Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>mar 2016</b> <b>Euros '000</b>	<b>mar 2015</b> <b>Euros '000</b>
<i>Resultado apropriado antes de impostos</i>		
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	1.011
Banco Millennium Angola, S.A.	31.982	19.401
	<u>31.982</u>	<u>20.412</u>
<i>Impostos</i>		
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	(235)
Banco Millennium Angola, S.A.	(2.977)	(3.504)
	<u>(2.977)</u>	<u>(3.739)</u>
	<u><u>29.005</u></u>	<u><u>16.673</u></u>

**18. Resultado por ação**

Os resultados por ação são calculados da seguinte forma:

	<b>mar 2016</b> <b>Euros '000</b>	<b>mar 2015</b> <b>Euros '000</b>
Resultado líquido de operações em continuação	32.146	61.673
Resultado apropriado de operações descontinuadas ou em descontinuação	14.532	8.740
Resultado líquido	46.678	70.413
Nº médio de ações	59.039.023.275	54.194.709.415
Resultado por ação básico (Euros):		
de operações em continuação	0,002	0,004
de operações descontinuadas ou em descontinuação	0,001	0,001
	<u>0,003</u>	<u>0,005</u>
Resultado por ação diluído (Euros):		
de operações em continuação	0,002	0,004
de operações descontinuadas ou em descontinuação	0,001	0,001
	<u>0,003</u>	<u>0,005</u>

O capital social do Banco é de Euros 4.094.235.361,88 representado por 59.039.023.275 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

O Banco procedeu em junho de 2015, ao aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários (ações preferenciais, valores mobiliários perpétuos e obrigações subordinadas) por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação (dos quais Euros 0,08 correspondem ao valor de emissão unitário e Euros 0,0034 a ágio) e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

Em março de 2016 e 2015 não foram considerados no cálculo dos resultados por ação diluídos, os instrumentos híbridos qualificáveis como fundos próprios principais de nível 1 emitidos em junho de 2012 e subscritos integralmente pelo Estado (CoCos), por estes, apresentarem um efeito antidiluidor e não estar definido o valor de conversão das ações a emitir de acordo com a portaria 150-A/2012 de 17 de maio que será a base para a determinação desse efeito.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**19. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Caixa	513.567	625.311
Bancos Centrais		
Banco de Portugal	638.050	171.367
Bancos Centrais Estrangeiros	1.058.792	1.043.639
	<u>2.210.409</u>	<u>1.840.317</u>

A rubrica Bancos centrais inclui nomeadamente o saldo junto dos Bancos Centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

**20. Disponibilidades em outras instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Em instituições de crédito no país	1.567	1.632
Em instituições de crédito no estrangeiro	554.102	675.415
Valores a cobrar	184.124	99.366
	<u>739.793</u>	<u>776.413</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

**21. Aplicações em instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Aplicações em Bancos Centrais estrangeiros	163.827	71.934
Aplicações em outras instituições de crédito no país	257.619	4.274
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	879.052	845.442
	1.300.498	921.650
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(2)	(2)
	<u>1.300.496</u>	<u>921.648</u>

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de janeiro	3	53
Transferências	-	(15)
Dotação do período	-	2
Reversão do período	-	(2)
Diferenças cambiais	(1)	2
Saldo em 31 de março	<u>2</u>	<u>40</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**22. Créditos a clientes**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Crédito ao setor público	1.255.173	1.226.557
Crédito com garantias reais	30.702.764	31.482.461
Crédito com outras garantias	8.238.912	8.243.543
Crédito sem garantias	3.213.458	3.230.128
Crédito sobre o estrangeiro	2.141.588	2.207.638
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.519.590	1.573.033
Capital em locação	3.313.550	3.351.665
	<u>50.385.035</u>	<u>51.315.025</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	253.158	121.846
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.995.389	4.001.372
	<u>54.633.582</u>	<u>55.438.243</u>
Imparidade para riscos de crédito	(3.450.584)	(3.468.084)
	<u><u>51.182.998</u></u>	<u><u>51.970.159</u></u>

Em 31 de março de 2016, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 12.716.302.000 (31 de dezembro de 2015: Euros 12.717.796.000) relativo a créditos afetos a emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Grupo.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem algumas operações de créditos a clientes.

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Crédito não titulado</i>		
Crédito por desconto de efeitos	275.175	295.697
Crédito em conta corrente	2.096.297	2.214.611
Descobertos em depósitos à ordem	1.575.545	1.589.253
Empréstimos	14.820.841	15.141.524
Crédito imobiliário	24.845.843	25.179.816
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.519.590	1.573.033
Capital em locação	3.313.550	3.351.665
	<u>48.446.841</u>	<u>49.345.599</u>
<i>Crédito titulado</i>		
Papel comercial	1.707.269	1.655.569
Obrigações	230.925	313.857
	<u>1.938.194</u>	<u>1.969.426</u>
	<u>50.385.035</u>	<u>51.315.025</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	253.158	121.846
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.995.389	4.001.372
	<u>54.633.582</u>	<u>55.438.243</u>
Imparidade para riscos de crédito	(3.450.584)	(3.468.084)
	<u><u>51.182.998</u></u>	<u><u>51.970.159</u></u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

A análise do crédito a clientes, por setor de atividade, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	360.144	436.051
Indústrias extrativas	203.218	152.525
Alimentação, bebidas e tabaco	619.747	614.374
Têxteis	484.194	469.481
Madeira e cortiça	239.413	237.402
Papel, artes gráficas e editoras	219.775	214.094
Químicas	851.337	818.068
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.046.537	1.053.862
Eletricidade, água e gás	935.839	1.002.857
Construção	3.484.002	3.562.374
Comércio a retalho	1.249.765	1.249.026
Comércio por grosso	2.130.331	2.146.780
Restaurantes e hotéis	945.276	1.017.112
Transportes e comunicações	1.978.255	1.972.592
Serviços	9.886.446	10.052.993
Crédito ao consumo	4.062.642	4.138.491
Crédito hipotecário	24.813.958	25.048.344
Outras atividades nacionais	8.011	7.713
Outras atividades internacionais	1.114.692	1.244.104
	<u>54.633.582</u>	<u>55.438.243</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(3.450.584)</u>	<u>(3.468.084)</u>
	<u><u>51.182.998</u></u>	<u><u>51.970.159</u></u>

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por SPEs sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b) e de securitização sintéticas.

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam a créditos hipotecários concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPEs). Em 31 de março de 2016, o montante de crédito referente a estas operações de securitização tradicionais ascende a Euros 572.925.000 (31 de dezembro 2015: Euros 586.633.000). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, estas SPEs são consolidadas pelo método integral.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Valor bruto	3.741.435	3.793.994
Juros ainda não devidos	<u>(427.885)</u>	<u>(442.329)</u>
Valor líquido	<u><u>3.313.550</u></u>	<u><u>3.351.665</u></u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

A carteira de crédito a clientes inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados, por setores da atividade, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	19.569	33.162
Indústrias extrativas	13.822	156
Alimentação, bebidas e tabaco	1.461	1.438
Têxteis	849	943
Madeira e cortiça	14.043	13.706
Papel, artes gráficas e editoras	454	3.541
Químicas	1.683	1.791
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	36.167	34.997
Eletricidade, água e gás	404	487
Construção	33.399	48.429
Comércio a retalho	9.427	10.005
Comércio por grosso	30.366	29.696
Restaurantes e hotéis	1.699	1.647
Transportes e comunicações	6.525	6.957
Serviços	18.471	18.874
Crédito ao consumo	107.657	108.939
Crédito hipotecário	93.441	91.900
Outras atividades nacionais	24	26
Outras atividades internacionais	7.386	8.112
	<u>396.847</u>	<u>414.806</u>

Os créditos renegociados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, atualizada à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

A análise do crédito vencido, por setores de atividade, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	38.653	44.352
Indústrias extrativas	22.124	10.583
Alimentação, bebidas e tabaco	21.006	19.357
Têxteis	34.206	32.832
Madeira e cortiça	18.740	18.245
Papel, artes gráficas e editoras	10.498	11.904
Químicas	70.151	72.680
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	82.829	79.285
Eletricidade, água e gás	4.427	4.394
Construção	1.068.178	1.075.106
Comércio a retalho	156.896	155.698
Comércio por grosso	186.630	182.827
Restaurantes e hotéis	119.727	128.530
Transportes e comunicações	174.834	150.637
Serviços	1.290.341	1.182.138
Crédito ao consumo	598.268	610.449
Crédito hipotecário	317.157	315.960
Outras atividades nacionais	7.994	7.691
Outras atividades internacionais	25.888	20.550
	<u>4.248.547</u>	<u>4.123.218</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de janeiro	3.468.084	3.482.705
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	4.246	4.600
Outras transferências	(32.220)	164.841
Dotação do período	267.033	282.706
Reversão do período	(98.154)	(65.920)
Utilização de imparidade	(144.189)	(287.971)
Diferenças cambiais	(14.217)	26.371
Saldo em 31 de março	<u>3.450.584</u>	<u>3.607.332</u>

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A análise da imparidade, por setores de atividade, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	33.537	59.971
Indústrias extrativas	25.863	11.639
Alimentação, bebidas e tabaco	17.808	17.103
Têxteis	26.646	25.712
Madeira e cortiça	32.121	42.976
Papel, artes gráficas e editoras	15.186	21.142
Químicas	61.215	56.619
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	70.145	55.029
Eletricidade, água e gás	14.546	20.756
Construção	602.284	359.096
Comércio a retalho	128.538	109.730
Comércio por grosso	164.509	157.755
Restaurantes e hotéis	90.660	75.881
Transportes e comunicações	186.589	206.169
Serviços	1.121.101	1.417.967
Crédito ao consumo	454.026	330.824
Crédito hipotecário	348.565	416.542
Outras atividades nacionais	892	6.080
Outras atividades internacionais	56.353	77.093
	<u>3.450.584</u>	<u>3.468.084</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

A anulação de crédito por utilização de imparidade, analisada por setor de atividade, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	6.299	1.666
Indústrias extrativas	7	133
Alimentação, bebidas e tabaco	73	292
Têxteis	2.834	4.039
Madeira e cortiça	179	385
Papel, artes gráficas e editoras	1.871	360
Químicas	3.320	413
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.409	1.846
Eletricidade, água e gás	23	49
Construção	32.707	12.116
Comércio a retalho	4.310	4.751
Comércio por grosso	3.407	8.314
Restaurantes e hotéis	13.869	35.120
Transportes e comunicações	5.186	176.831
Serviços	37.647	23.417
Crédito ao consumo	26.617	16.548
Crédito hipotecário	2.532	1.417
Outras atividades nacionais	66	80
Outras atividades internacionais	1.833	194
	<u>144.189</u>	<u>287.971</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer do primeiro trimestre de 2016 e de 2015, analisada por setores de atividade, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Agricultura e silvicultura	8	13
Indústrias extrativas	178	1
Alimentação, bebidas e tabaco	69	10
Têxteis	710	40
Madeira e cortiça	60	3
Papel, artes gráficas e editoras	38	-
Químicas	105	15
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	242	55
Eletricidade, água e gás	13	7
Construção	4.084	13.910
Comércio a retalho	144	221
Comércio por grosso	533	259
Restaurantes e hotéis	52	4
Transportes e comunicações	9	26
Serviços	401	195
Crédito ao consumo	1.463	616
Crédito hipotecário	29	-
Outras atividades nacionais	45	16
Outras atividades internacionais	39	348
	<u>8.222</u>	<u>15.739</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**23. Ativos financeiros detidos para negociação, Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda**

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação, Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</i>		
De emissores públicos	9.288.842	7.201.261
De outros emissores	1.773.595	2.376.286
	11.062.437	9.577.547
Títulos vencidos	3.725	4.078
Imparidade para títulos vencidos	(3.722)	(4.075)
	11.062.440	9.577.550
<i>Ações e outros títulos de rendimento variável</i>	1.604.463	1.617.348
	12.666.903	11.194.898
<i>Derivados de negociação</i>	952.927	924.955
	13.619.830	12.119.853

A análise dos Ativos financeiros detidos para negociação, Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de imparidade, por tipo, em 31 de março de 2016, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>			<b>Total</b>
	<b>Negociação</b>	<b>Ao justo valor através de resultados</b>	<b>Disponíveis para venda</b>	
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Títulos de rendimento fixo</i>				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	100.322	150.833	3.748.906	4.000.061
Estrangeiros	131.945	-	3.259.113	3.391.058
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	8.928	-	1.161.921	1.170.849
Estrangeiros	57.013	-	549.458	606.471
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	741.066	-	1.156.657	1.897.723
	1.039.274	150.833	9.876.055	11.066.162
Imparidade para títulos vencidos	-	-	(3.722)	(3.722)
	1.039.274	150.833	9.872.333	11.062.440
<i>Títulos de rendimento variável</i>				
Ações de empresas				
Nacionais	15.273	-	62.539	77.812
Estrangeiras	273	-	86.159	86.432
Unidades de participação	1.279	-	1.438.583	1.439.862
Outros títulos	357	-	-	357
	17.182	-	1.587.281	1.604.463
<i>Derivados de negociação</i>	952.927	-	-	952.927
	2.009.383	150.833	11.459.614	13.619.830

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

A análise dos Ativos financeiros detidos para negociação, Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de imparidade, por tipo, em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

	dez 2015			Total Euros '000
	Negociação Euros '000	Ao justo valor através de resultados Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	
<i>Títulos de rendimento fixo</i>				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	27.573	152.018	2.804.243	2.983.834
Estrangeiros	136.339	-	2.866.542	3.002.881
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	20.007	-	1.139.881	1.159.888
Estrangeiros	62.678	-	1.157.798	1.220.476
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	-	-	1.214.546	1.214.546
	246.597	152.018	9.183.010	9.581.625
Imparidade para títulos vencidos	-	-	(4.075)	(4.075)
	246.597	152.018	9.178.935	9.577.550
<i>Títulos de rendimento variável</i>				
Ações de empresas				
Nacionais	15.282	-	71.097	86.379
Estrangeiras	391	-	89.924	90.315
Unidades de participação	1.321	-	1.439.074	1.440.395
Outros títulos	259	-	-	259
	17.253	-	1.600.095	1.617.348
<i>Derivados de negociação</i>	924.955	-	-	924.955
	1.188.805	152.018	10.779.030	12.119.853

As carteiras de ativos de negociação e disponíveis para venda são registadas ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d).

Conforme descrito na política contabilística referida na nota 1 d), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor. A 31 de março de 2016, a reserva de justo valor no montante negativo de Euros 63.870.000 (31 de dezembro de 2015: Euros 43.222.000) é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 328.632.000 (31 de dezembro de 2015: 317.423.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de março de 2016, é a seguinte:

mar 2016						
	Custo amortizado	Imparidade	Custo amortizado líquido de imparidade	Reserva justo valor	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo</i>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	3.884.327	-	3.884.327	(214.041)	78.620	3.748.906
Estrangeiros	3.249.994	-	3.249.994	9.119	-	3.259.113
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	1.224.506	(90.846)	1.133.660	24.539	-	1.158.199
Estrangeiros	538.723	-	538.723	10.735	-	549.458
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	1.156.711	(6)	1.156.705	(48)	-	1.156.657
	<u>10.054.261</u>	<u>(90.852)</u>	<u>9.963.409</u>	<u>(169.696)</u>	<u>78.620</u>	<u>9.872.333</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Ações de empresas						
Nacionais	148.082	(88.861)	59.221	3.318	-	62.539
Estrangeiras	42.782	(275)	42.507	43.652	-	86.159
Unidades de participação	1.528.371	(148.644)	1.379.727	58.856	-	1.438.583
	<u>1.719.235</u>	<u>(237.780)</u>	<u>1.481.455</u>	<u>105.826</u>	<u>-</u>	<u>1.587.281</u>
	<u>11.773.496</u>	<u>(328.632)</u>	<u>11.444.864</u>	<u>(63.870)</u>	<u>78.620</u>	<u>11.459.614</u>

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

dez 2015						
	Custo amortizado	Imparidade	Custo amortizado líquido de imparidade	Reserva justo valor	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	2.901.838	-	2.901.838	(116.661)	19.066	2.804.243
Estrangeiros	2.860.927	-	2.860.927	5.615	-	2.866.542
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	1.178.788	(91.193)	1.087.595	48.211	-	1.135.806
Estrangeiros	1.150.464	-	1.150.464	7.334	-	1.157.798
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	1.214.607	(8)	1.214.599	(53)	-	1.214.546
	<u>9.306.624</u>	<u>(91.201)</u>	<u>9.215.423</u>	<u>(55.554)</u>	<u>19.066</u>	<u>9.178.935</u>
<i>Títulos de rendimento variável</i>						
Ações de empresas						
Nacionais	151.974	(85.002)	66.972	4.125	-	71.097
Estrangeiras	46.645	(292)	46.353	43.571	-	89.924
Unidades de participação	1.528.922	(140.928)	1.387.994	51.080	-	1.439.074
	<u>1.727.541</u>	<u>(226.222)</u>	<u>1.501.319</u>	<u>98.776</u>	<u>-</u>	<u>1.600.095</u>
	<u>11.034.165</u>	<u>(317.423)</u>	<u>10.716.742</u>	<u>43.222</u>	<u>19.066</u>	<u>10.779.030</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

A análise da carteira de títulos incluídos nos Ativos financeiros detidos para negociação, Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de março de 2016, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>				<b>Total</b> Euros '000
	<b>Obrigações</b>	<b>Ações</b>	<b>Outros Ativos</b>	<b>Títulos</b>	
	Euros '000	Euros '000	Financeiros Euros '000	Vencidos Euros '000	
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	3	3
Têxteis	-	7.447	-	203	7.650
Madeira e cortiça	-	-	-	998	998
Papel, artes gráficas e editoras	13.995	63	-	-	14.058
Químicas	24.897	14	-	-	24.911
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	627	7	-	-	634
Construção	-	950	-	2.394	3.344
Comércio a retalho	3.000	1.183	-	-	4.183
Comércio por grosso	-	459	-	126	585
Restaurantes e hotéis	-	14.293	-	-	14.293
Transportes e comunicações	530.140	27.881	-	-	558.021
Serviços	1.200.936	111.936	1.439.859	1	2.752.732
Outras atividades internacionais	-	11	360	-	371
	<b>1.773.595</b>	<b>164.244</b>	<b>1.440.219</b>	<b>3.725</b>	<b>3.381.783</b>
Títulos Públicos	7.391.119	-	1.897.723	-	9.288.842
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(3.722)	(3.722)
	<b>9.164.714</b>	<b>164.244</b>	<b>3.337.942</b>	<b>3</b>	<b>12.666.903</b>

A análise da carteira de títulos incluídos nos Ativos financeiros detidos para negociação, Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

	<b>dez 2015</b>				<b>Total</b> Euros '000
	<b>Obrigações</b>	<b>Ações</b>	<b>Outros Ativos</b>	<b>Títulos</b>	
	Euros '000	Euros '000	Financeiros Euros '000	Vencidos Euros '000	
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	3	3
Têxteis	-	7.447	-	361	7.808
Madeira e cortiça	-	-	-	998	998
Papel, artes gráficas e editoras	13.240	37	-	-	13.277
Químicas	25.000	7	-	-	25.007
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	7	-	-	7
Construção	-	945	-	2.539	3.484
Comércio a retalho	3.000	1.346	-	-	4.346
Comércio por grosso	-	852	-	176	1.028
Restaurantes e hotéis	-	14.293	-	-	14.293
Transportes e comunicações	480.875	35.403	-	-	516.278
Serviços	1.854.171	116.353	1.439.800	1	3.410.325
Outras atividades internacionais	-	4	854	-	858
	<b>2.376.286</b>	<b>176.694</b>	<b>1.440.654</b>	<b>4.078</b>	<b>3.997.712</b>
Títulos Públicos	5.986.715	-	1.214.546	-	7.201.261
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.075)	(4.075)
	<b>8.363.001</b>	<b>176.694</b>	<b>2.655.200</b>	<b>3</b>	<b>11.194.898</b>

O Grupo, no âmbito da gestão do risco de liquidez, possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**24. Derivados de cobertura**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>		<b>dez 2015</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Instrumentos de cobertura</i>				
Swaps	128.735	470.510	72.957	541.230
Outros	-	-	170	-
	<u>128.735</u>	<u>470.510</u>	<u>73.127</u>	<u>541.230</u>

**25. Ativos financeiros detidos até à maturidade**

A rubrica de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	102.303	118.125
De outros emissores	371.735	376.766
	<u>474.038</u>	<u>494.891</u>

No âmbito da análise por setor de atividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Transportes e comunicações	173.580	172.658
Serviços	198.155	204.108
	<u>371.735</u>	<u>376.766</u>
Títulos Públicos	102.303	118.125
	<u>474.038</u>	<u>494.891</u>

No âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo incluídos nesta carteira.

**26. Investimentos em associadas**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Instituições de crédito residentes	45.425	34.465
Instituições de crédito não residentes	32.476	31.776
Outras empresas residentes	248.671	243.943
Outras empresas não residentes	4.930	5.545
	<u>331.502</u>	<u>315.729</u>

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	227.093	222.914
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	45.425	34.465
Banque BCP, S.A.S.	29.919	29.240
SIBS, S.G.P.S., S.A.	20.199	19.651
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	2.557	2.536
Outras	6.309	6.923
	<u>331.502</u>	<u>315.729</u>

Estes investimentos referem-se a entidades cujas ações não se encontram admitidas à negociação em Bolsa. De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), os referidos investimentos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital do Grupo. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 48.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**27. Ativos não correntes detidos para venda**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.970.916	1.964.716
Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo	65.815	65.836
	<u>2.036.731</u>	<u>2.030.552</u>
Imparidade	(253.119)	(265.170)
	<u>1.783.612</u>	<u>1.765.382</u>

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes e inclui operações resultantes da (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) resolução de contratos de locação financeira.

Os referidos ativos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Grupo uma estratégia para a sua alienação de acordo com a característica de cada ativo. No entanto, face às atuais condições de mercado, não foi possível, em algumas situações, concretizar essas alienações no prazo esperado. A estratégia de alienação consubstancia-se na procura ativa de compradores, na divulgação ao mercado dos ativos em venda tendo o Grupo um *site* onde divulga os referidos imóveis, passando por estabelecer parcerias com as sociedades de Mediação com mais apetência para o produto que a cada momento o Banco dispõe para venda. Os preços são periodicamente analisados e ajustados com vista à permanente adequação ao mercado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 39.444.000 (31 de dezembro 2015: Euros 31.121.000).

Em 31 de março de 2016 a rubrica Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes inclui o montante de Euros 321.249.000 (31 de dezembro de 2015: Euros 326.451.000), relativo a imóveis e outros ativos de Fundos de Investimento Imobiliário Fechados, cujas unidades de participação foram recebidas na sequência de operações de dação e que, em conformidade com as IFRS, foram objeto de consolidação pelo método integral.

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a três sociedades imobiliárias adquiridas pelo Grupo no âmbito de reestruturações de exposições creditícias e que o Grupo pretendia alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar essas alienações no prazo esperado. Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados as variações ocorridas na situação patrimonial das subsidiárias.

**28. Propriedades de investimento**

A rubrica Propriedades de Investimento inclui, em 31 de março de 2016, o montante de Euros 140.286.000 (31 de dezembro de 2015: Euros 144.644.000) relativos a imóveis detidos pelo Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo, Imoport - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r), tendo por base avaliações independentes e o cumprimento das determinações legais.

**29. Outros ativos tangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Imóveis	1.012.829	1.058.719
Equipamento		
Mobiliário	86.876	88.230
Máquinas	53.645	55.715
Equipamento informático	294.650	298.890
Instalações interiores	143.904	147.051
Viaturas	26.315	27.238
Equipamento de segurança	76.626	80.307
Outros equipamentos	30.954	31.157
Obras em curso	20.431	16.661
Outros ativos tangíveis	3.896	4.711
	<u>1.750.126</u>	<u>1.808.679</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(10.081)	(41.773)
Relativas a períodos anteriores	(1.113.164)	(1.096.035)
	<u>(1.123.245)</u>	<u>(1.137.808)</u>
	<u>626.881</u>	<u>670.871</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**30. Goodwill e ativos intangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Ativos intangíveis</i>		
Software	107.499	120.432
Outros ativos intangíveis	52.570	52.496
	<u>160.069</u>	<u>172.928</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(2.734)	(12.305)
Relativas a períodos anteriores	(125.139)	(125.401)
	<u>(127.873)</u>	<u>(137.706)</u>
	<u>32.196</u>	<u>35.222</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação</i> <i>(Goodwill)</i>		
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	125.447	125.447
Negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário	40.859	40.859
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	7.436	7.436
Outros	18.611	18.659
	<u>192.353</u>	<u>192.401</u>
<i>Imparidade</i>		
Outros	(16.707)	(16.707)
	<u>175.646</u>	<u>175.694</u>
	<u>207.842</u>	<u>210.916</u>

**31. Imposto sobre o rendimento**

Os ativos e passivos por impostos diferidos, em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são analisados como segue:

	<b>mar 2016</b>			<b>dez 2015</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Líquido</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Líquido</b>
	<b>Euros '000</b>					
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura						
Perdas por imparidade	507.339	-	507.339	940.454	-	940.454
Benefícios a empregados	763.855	-	763.855	767.077	-	767.077
	<u>1.271.194</u>	<u>-</u>	<u>1.271.194</u>	<u>1.707.531</u>	<u>-</u>	<u>1.707.531</u>
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura						
Ativos intangíveis	43	-	43	43	-	43
Outros ativos tangíveis	7.221	3.809	3.412	7.370	3.825	3.545
Perdas por imparidade	864.832	14.762	850.070	930.319	521.777	408.542
Benefícios a empregados	3.309	-	3.309	2.637	-	2.637
Ativos financeiros disponíveis para venda	32.852	42.320	(9.468)	27.498	33.694	(6.196)
Derivados	-	7.447	(7.447)	-	7.663	(7.663)
Prejuízos fiscais	317.720	-	317.720	318.494	-	318.494
Outros	170.782	44.208	126.574	168.731	48.968	119.763
	<u>1.396.759</u>	<u>112.546</u>	<u>1.284.213</u>	<u>1.455.092</u>	<u>615.927</u>	<u>839.165</u>
Total dos impostos diferidos	2.667.953	112.546	2.555.407	3.162.623	615.927	2.546.696
Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos	(96.507)	(96.507)	-	(601.117)	(601.117)	-
Impostos diferidos líquidos	<u>2.571.446</u>	<u>16.039</u>	<u>2.555.407</u>	<u>2.561.506</u>	<u>14.810</u>	<u>2.546.696</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano de caducidade	mar 2016 Euros '000	dez 2015 Euros '000
2016	1.655	2.072
2017	29.739	30.019
2018	113.035	113.145
2019	186	186
2020	75	67
2021	24	-
2022 e seguintes	173.006	173.005
	317.720	318.494

Conforme referido na política contabilística, e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa do Grupo quanto à sua recuperabilidade. A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos foi efetuada para cada entidade incluída no perímetro de consolidação do Grupo tendo por base os respetivos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração para o período 2016-2018.

O montante dos impostos diferidos não reconhecidos é analisado como segue:

	mar 2016 Euros '000	dez 2015 Euros '000
Prejuízos fiscais	444.436	443.985

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e noutras rubricas da situação líquida do Grupo, com referência a 31 de março de 2016, é analisado como segue:

	mar 2016			
	Resultado líquido do período Euros '000	Reservas e resultados transitados Euros '000	Diferenças de câmbio Euros '000	Operações descontinuadas, em descontinuação e outras variações Euros '000
<i>Impostos diferidos</i>				
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura				
Perdas por imparidade	(14.629)	(418.486)	-	-
Benefícios a empregados	(3.262)	40	-	-
	(17.891)	(418.446)	-	-
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura				
Outros ativos tangíveis	(125)	-	(8)	-
Perdas por imparidade	4.157	439.531	(2.160)	-
Benefícios a empregados	675	(4)	1	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.115	(7.387)	-
Derivados	1.206	-	(990)	-
Prejuízos fiscais	20.205	(20.911)	(68)	-
Outros	1.329	(2.769)	8.251	-
	27.447	419.962	(2.361)	-
	9.556	1.516	(2.361)	-
<i>Impostos correntes</i>				
	(24.554)	(61)	-	-
	(14.998)	1.455	(2.361)	-

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e noutras rubricas da situação líquida do Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2015, é analisado como segue:

	dez 2015			
	Resultado líquido do período	Reservas e resultados transitados	Diferenças de câmbio	Operações descontinuadas, em descontinuação e outras variações
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Impostos diferidos</i>				
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura				
Perdas por imparidade	52.552	-	-	-
Benefícios a empregados	15.547	65.951	-	-
	<u>68.099</u>	<u>65.951</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura				
Outros ativos tangíveis	90	-	8	-
Perdas por imparidade	99.125	-	1.039	-
Benefícios a empregados	(284)	(18)	(816)	(445)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	25.670	-	-
Derivados	(6.079)	-	113	-
Prejuízos fiscais	(137.289)	20.050	966	-
Outros	19.687	-	(1.047)	-
	<u>(24.750)</u>	<u>45.702</u>	<u>263</u>	<u>(445)</u>
	43.349	111.653	263	(445)
<i>Impostos correntes</i>	<u>(99.746)</u>	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(56.397)</u>	<u>111.914</u>	<u>263</u>	<u>(445)</u>

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes é analisada como segue:

	mar 2016	mar 2015
	Euros '000	Euros '000
Resultado antes de impostos	69.057	116.706
Taxa de imposto corrente	<u>29,5%</u>	<u>29,5%</u>
Imposto esperado	(20.372)	(34.428)
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável	(9.652)	(25.840)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	14.402	12.414
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	1.032	15
Efeito das diferenças de taxa de imposto e de imposto diferido não reconhecido anteriormente	(37)	15.883
Correções de períodos anteriores	87	(148)
(Tributação autónoma) / Créditos fiscais	<u>(458)</u>	<u>(712)</u>
	<u>(14.998)</u>	<u>(32.816)</u>
Taxa efetiva	21,7%	28,1%

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**32. Outros ativos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Devedores	184.502	147.793
Suprimentos	210.375	208.951
Valores a cobrar	21.074	34.302
Outros impostos a recuperar	25.034	25.239
Bonificações a receber	10.357	9.117
Associadas	369	1.535
Juros e outros proveitos a receber	54.407	52.708
Despesas antecipadas	41.359	38.870
Operações sobre títulos a receber	70.479	177.439
Valores a debitar a clientes	202.044	223.907
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.387	3.423
Contas diversas	301.689	291.887
	<u>1.125.076</u>	<u>1.215.171</u>
Imparidade para outros ativos	<u>(243.409)</u>	<u>(240.943)</u>
	<u><u>881.667</u></u>	<u><u>974.228</u></u>

**33. Depósitos de instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Depósitos de Bancos Centrais	6.356.642	5.863.401
Depósitos de outras instituições de crédito no país	333.681	155.548
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	4.123.585	2.572.096
	<u>10.813.908</u>	<u>8.591.045</u>

**34. Depósitos de clientes**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Depósitos de clientes		
Depósitos à ordem	19.832.098	20.543.468
Depósitos a prazo	24.315.861	24.604.427
Depósitos de poupança	2.577.412	2.372.829
Depósitos ao justo valor através de resultados	3.794.380	3.593.761
Bilhetes do Tesouro e outros ativos		
com acordo de recompra	89.985	89.966
Outros	404.686	334.132
	<u>51.014.422</u>	<u>51.538.583</u>

Nos termos da Lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**35. Títulos de dívida emitidos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Empréstimos obrigacionistas ao custo amortizado		
Obrigações	1.535.230	1.691.299
Obrigações hipotecárias	1.326.421	1.331.190
MTNs	418.524	546.739
Securitizações	415.330	439.013
	<u>3.695.505</u>	<u>4.008.241</u>
Periodificações	47.213	44.430
	<u>3.742.718</u>	<u>4.052.671</u>
Empréstimos obrigacionistas ao justo valor através de resultados		
Obrigações	40.106	43.607
MTNs	160.255	160.150
	<u>200.361</u>	<u>203.757</u>
Periodificações	5.182	3.996
	<u>205.543</u>	<u>207.753</u>
Certificados	514.916	507.845
	<u>4.463.177</u>	<u>4.768.269</u>

**36. Passivos financeiros detidos para negociação**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Vendas a descoberto	49.743	-
<i>FRA</i>	-	8
<i>Swaps</i>	711.433	638.813
Opções	72.270	69.090
Derivados embutidos	6.970	9.335
<i>Forwards</i>	7.221	5.982
	<u>847.637</u>	<u>723.228</u>

**37. Provisões**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Provisão para garantias e outros compromissos	64.389	74.710
Provisões técnicas da atividade seguradora:		
De seguro direto e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	15.163	14.695
Matemática do ramo vida	41.647	46.553
Para participação nos resultados	3.141	3.039
Outras provisões técnicas	7.756	8.905
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	19	-
Outras provisões para riscos e encargos	141.073	136.908
	<u>273.188</u>	<u>284.810</u>

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de janeiro	74.710	250.158
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	(146)	(13)
Outras transferências	-	(163.741)
Dotação do período	1.668	6.326
Reversão do período	(11.046)	(2.416)
Diferenças cambiais	(797)	1.185
Saldo em 31 de março	<u>64.389</u>	<u>91.499</u>

A rubrica Outras transferências corresponde maioritariamente à transferência para imparidade para riscos de crédito.

Os movimentos nas outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Saldo em 1 de janeiro	136.908	127.403
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	260	-
Outras transferências	2.658	-
Dotação do período	3.048	6.030
Utilização de imparidade	(1.007)	-
Diferenças cambiais	(794)	(395)
Saldo em 31 de março	<u>141.073</u>	<u>133.038</u>

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade do Grupo, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

### 38. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Obrigações		
Não perpétuas	854.863	849.026
Perpétuas	28.741	28.760
CoCos	758.805	759.813
	<u>1.642.409</u>	<u>1.637.599</u>
Periodificações	28.971	7.772
	<u>1.671.380</u>	<u>1.645.371</u>

A rubrica Obrigações – CoCos corresponde a instrumentos híbridos de dívida subordinada elegíveis para efeitos prudenciais como capital *core tier 1* emitidos, em 29 de junho de 2012, pelo Banco Comercial Português, S.A. com o montante inicial de Euros 3.000.000.000 e totalmente subscritos pelo Estado Português. Os instrumentos são totalmente reembolsáveis pelo Banco ao longo de um período de cinco anos e apenas em determinadas circunstâncias, designadamente de incumprimento ou falta de pagamento, são suscetíveis de conversão em ações do Banco. Ao longo do exercício de 2014, e na sequência do aumento de capital e da avaliação da evolução dos rácios de capital do Banco, foram reembolsados ao Estado Português Euros 400.000.000 de instrumentos de capital *core tier 1* (CoCos), em maio de 2014 e Euros 1.850.000.000 de instrumentos de capital *common equity tier 1* (CoCos) em agosto de 2014, após ter obtido do Banco de Portugal a devida autorização, na sequência de análise efetuada à evolução dos rácios de capital do Banco e de acordo com o anunciado no âmbito do aumento de capital realizado.

Os referidos instrumentos foram emitidos no âmbito do processo de recapitalização do Banco utilizando a linha de Euros 12.000.000.000 disponibilizada pelo Estado Português, no âmbito do Programa de Intervenção do FMI, nos termos do disposto na Portaria n.º 150-A/2012. Estes instrumentos são elegíveis para efeitos prudenciais para o *core tier 1*. No entanto, e à luz do disposto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, para efeitos contabilísticos, estes instrumentos são classificados como passivo, tendo em consideração as suas características, nomeadamente: (i) existência de uma obrigação de pagamento de capital e juros; e (ii) no caso de a liquidação ser efetuada através da entrega de títulos de capital próprio, o número de títulos a entregar é variável em função do valor de mercado à data, de modo a perfazer o valor da obrigação a liquidar.

Assim, a classificação como passivo resulta do facto do investidor, enquanto detentor do instrumento emitido, não se encontrar efetivamente exposto ao risco dos instrumentos de capital da sociedade, dado que receberá em qualquer circunstância um montante equivalente ao valor investido, quer em numerário quer em títulos da própria instituição. Esta operação tem taxa de juro crescente iniciando-se em 8,5% e ascendendo no final da operação a 10% em 2017.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Em 31 de março de 2016, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
<i>Banco Comercial Português:</i>					
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	setembro, 2008	setembro, 2018	Ver referência (i)	52.587	52.587
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	outubro, 2008	outubro, 2018	Ver referência (i)	14.888	14.888
Bcp Ob Sub jun 2020 - Emtn 727	junho, 2010	junho, 2020	Ver referência (ii)	14.791	14.791
Bcp Ob Sub ago 2020 - Emtn 739	agosto, 2010	agosto, 2020	Ver referência (iii)	9.278	9.278
Bcp Ob Sub mar 2021 - Emtn 804	março, 2011	março, 2021	Euribor 3M + 3,75%;	114.000	114.000
Bcp Ob Sub abr 2021 - Emtn 809	abril, 2011	abril, 2021	Euribor 3M + 3,75%;	64.100	64.100
Bcp Ob Sub 3S abr 2021 - Emtn 812	abril, 2011	abril, 2021	Euribor 3M + 3,75%;	35.000	35.000
Bcp Sub 11/25.08.2019 - Emtn 823	agosto, 2011	agosto, 2019	Taxa fixa de 6,383%	7.500	8.138
Bcp Subord set 2019 - Emtn 826	outubro, 2011	setembro, 2019	Taxa fixa de 9,31%	50.000	52.861
Bcp Subord nov 2019 - Emtn 830	novembro, 2011	novembro, 2019	Taxa fixa de 8,519%	40.000	41.526
Mbcp Subord dez 2019 - Emtn 833	dezembro, 2011	dezembro, 2019	Taxa fixa de 7,15%	26.600	27.081
Mbcp Subord jan 2020 - Emtn 834	janeiro, 2012	janeiro, 2020	Taxa fixa de 7,01%	14.000	13.803
Mbcp Subord fev 2020 - Vm Sr. 173	abril, 2012	fevereiro, 2020	Taxa fixa de 9%	23.000	23.044
Bcp Subord abr 2020 - Vm Sr 187	abril, 2012	abril, 2020	Taxa fixa de 9,15%	51.000	51.144
Bcp Subord 2 Serie abr 2020 - Vm 194	abril, 2012	abril, 2020	Taxa fixa de 9%	25.000	24.965
Bcp Subordinadas jul 20-Emtn 844	julho, 2012	julho, 2020	Taxa fixa de 9%	26.250	25.606
<i>Bank Millennium:</i>					
MB Finance AB	dezembro, 2007	dezembro, 2017	Euribor 6M + 2%	150.380	150.380
<i>BCP Finance Bank:</i>					
BCP Fin Bank Ltd EMTN - 295	dezembro 2006	dezembro 2016	Ver referência (iv)	71.209	71.203
BCP Fin Bank Ltd EMTN - 828	outubro, 2011	outubro, 2021	Taxa fixa de 13%	82.920	60.424
<i>Magellan No. 3:</i>					
Magellan No. 3 Series 3 Class F	junho, 2005	maio, 2058	-	44	44
					854.863
<i>Obrigações perpétuas</i>					
<i>Obrigações Caixa Perpétuas</i>					
Subord 2002/19jun2012	junho, 2002	-	Ver referência (v)	93	70
TOPS BPSM 1997	dezembro, 1997	-	Euribor 6M + 0,9%	23.004	23.206
Bcp Leasing 2001	dezembro, 2001	-	Euribor 3M + 2,25%	5.465	5.465
					28.741
<i>CoCos</i>					
Bcp Coco Bonds 12/29.06.2017	junho, 2012	junho, 2017	Ver referência (vi)	750.000	758.805
<i>Periodificações</i>					
					28.971
					1.671.380

Referências:

- (i) - 1º ano 6%; 2º ao 5º ano Euribor 6M + 1%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,4%;
- (ii) - Até ao 5º ano taxa fixa de 3,25%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1%;
- (iii) - 1º ano 3%; 2º ano 3,25%; 3º ano 3,5%; 4º ano 4%; 5º ano 5%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,25%;
- (iv) - Euribor 3M + 0,3% (0,8% a partir de dezembro 2011);
- (v) - Até 40º cupão 6,131%; Após 40º cupão Euribor 3M + 2,4%;
- (vi) - 1º ano 8,5%; 2º ano 8,75%; 3º ano 9%; 4º ano 9,5%; 5º ano 10%.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

**39. Outros passivos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Credores:		
Fornecedores	36.232	34.562
Por contratos de factoring	9.483	12.117
Associadas	2	120
Outros credores	217.285	254.531
Setor Público Administrativo	39.719	44.534
Juros e outros custos a pagar	101.501	108.518
Receitas antecipadas	9.767	10.431
Férias e subsídios de férias e de Natal a pagar	45.245	57.899
Outros custos administrativos a pagar	2.020	2.996
Operações sobre títulos a liquidar	108.214	131.793
Contas diversas	482.924	417.174
	<b>1.052.392</b>	<b>1.074.675</b>

**40. Capital, ações preferenciais e outros instrumentos de capital**

O capital social do Banco é de Euros 4.094.235.361,88 representado por 59.039.023.275 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

Na sequência da autorização prestada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 11 de maio de 2015, o Banco procedeu em junho de 2015, ao aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários (ações preferenciais, valores mobiliários perpétuos e obrigações subordinadas) por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação (dos quais Euros 0,08 correspondem ao valor de emissão unitário e Euros 0,0034 a ágio) e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

O preço de emissão ou valor da Oferta Pública de Troca foi calculado pela média ponderada por volumes da cotação BCP nos últimos 5 dias aplicando um desconto de 7%. A diferença entre o preço de emissão (Euros 0,0834 por ação), e o valor de emissão (Euros 0,08 por ação), originou um prémio de emissão de Euros 16.470.667,11.

As ações preferenciais incluem duas emissões efetuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 ações preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de junho de 2004.
- 10.000 ações preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de outubro de 2005.

Em outubro de 2011 e julho de 2015, foram efetuadas trocas de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida. O montante de ações preferenciais ascende a Euros 59.910.000 em 31 de março de 2016.

Os outros instrumentos de capital incluem três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.
- Em agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.
- Em dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

A grande maioria dos títulos associados a estas emissões foram trocadas no âmbito das ofertas públicas de troca de Valores mobiliários perpétuos por ações, efetuadas no decurso de 2011 e 2015. O montante não trocado ascende a Euros 2.922.000 em 31 de março de 2016.

De acordo com as condições da emissão de Instrumentos de Capital Core Tier I subscritos pelo Estado, ao abrigo da Lei nº 63-A/2008 e da Portaria nº 150-A/2012 (CoCos), o Banco não poderá distribuir dividendos enquanto a emissão não for totalmente reembolsada.

**41. Reserva legal**

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. O Banco manteve inalterada a sua reserva legal no montante de Euros 193.270.000.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da atividade económica.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**42. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos nas reservas de justo valor	(63.870)	43.222
Crédito titulado (*)	-	(15)
Ativos financeiros detidos até à maturidade (*)	(478)	(381)
De investimentos em associadas e outros	9.550	10.559
Cobertura de fluxos de caixa	72.485	(24.550)
	<u>17.687</u>	<u>28.835</u>
Impostos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	21.106	(10.167)
Crédito titulado	-	4
Ativos financeiros detidos até à maturidade	139	110
Cobertura de fluxos de caixa	(23.391)	4.468
	<u>(2.146)</u>	<u>(5.585)</u>
Reservas de justo valor líquidas de impostos	15.541	23.250
Outros	(2.547.704)	(2.483.578)
	<u>(2.532.163)</u>	<u>(2.460.328)</u>
Outras reservas e resultados acumulados		
Reserva legal	193.270	193.270
Reserva estatutária	30.000	30.000
Outras reservas e resultados acumulados	2.861.453	2.626.089
Outras reservas de consolidação	(173.043)	(173.557)
	<u>2.911.680</u>	<u>2.675.802</u>

(\*) Refere-se ao montante não periodificado da reserva de justo valor na data da reclassificação, para títulos objeto de reclassificação.

**43. Títulos próprios**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Ações do</b>	<b>Outros títulos</b>	<b>Total</b>
	<b>Banco Comercial</b>	<b>próprios</b>	
	<b>Português, S.A.</b>		
<b>mar 2016</b>			
Valor de balanço (Euros '000)	867	-	867
Número de títulos	24.280.365	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,04		
<b>dez 2015</b>			
Valor de balanço (Euros '000)	1.187	-	1.187
Número de títulos	24.280.365	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,05		

As ações próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(\*) Em 31 de março de 2016, o Banco Comercial Português, S.A. não detém ações próprias em carteira, não se tendo realizado nem compras nem vendas de ações próprias ao longo do período. Contudo, estão registados na rubrica Títulos próprios 24.280.365 ações (31 de dezembro de 2015: 24.280.365 ações) detidas por clientes. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 39 as ações do Banco por eles detidas foram, em respeito por esta norma, consideradas como ações próprias e, de acordo com as políticas contabilísticas, abatidas aos capitais próprios.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**44. Interesses que não controlam**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Perdas atuariais (efeito líquido de impostos)	(728)	(728)
Diferença cambial de consolidação	(159.855)	(111.771)
Reservas de justo valor	15.371	5.059
Impostos diferidos	(3.180)	(1.189)
	<u>(148.392)</u>	<u>(108.629)</u>
Outras reservas e resultados acumulados	1.201.799	1.166.031
	<u>1.053.407</u>	<u>1.057.402</u>

O valor dos interesses que não controlam é analisado como segue:

	<b>Balanço</b>		<b>Demonstração dos Resultados</b>	
	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Operações em continuação				
Bank Millennium, S.A.	779.359	754.037	15.626	13.449
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	125.832	136.428	6.697	8.939
Outras subsidiárias	(1.032)	(623)	(410)	(171)
	<u>904.159</u>	<u>889.842</u>	<u>21.913</u>	<u>22.217</u>
Operações descontinuadas ou em descontinuação				
Banco Millennium Angola, S.A.	149.248	167.560	14.473	7.933
	<u>1.053.407</u>	<u>1.057.402</u>	<u>36.386</u>	<u>30.150</u>

**45. Garantias e outros compromissos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Garantias e avales prestados	4.996.848	5.237.115
Garantias e avales recebidos	29.912.505	31.396.270
Compromissos perante terceiros	6.815.060	7.064.498
Compromissos assumidos por terceiros	11.561.117	11.778.091
Valores recebidos em depósito	130.286.138	130.088.758
Valores depositados na Central de Valores	135.618.343	135.146.255
Outras contas extrapatrimoniais	134.772.241	137.284.775

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	<b>mar 2016</b>	<b>dez 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
<i>Garantias e avales prestados</i>		
Garantias e avales	3.984.087	4.185.448
Cartas de crédito stand-by	63.527	84.586
Créditos documentários abertos	517.675	532.323
Fianças e indemnizações	431.559	434.758
	<u>4.996.848</u>	<u>5.237.115</u>
<i>Compromissos perante terceiros</i>		
<i>Compromissos irrevogáveis</i>		
Contratos a prazo de depósitos	33.317	929
Linhas de crédito irrevogáveis	2.045.923	2.077.530
Outros compromissos irrevogáveis	279.659	280.288
<i>Compromissos revogáveis</i>		
Linhas de crédito revogáveis	3.717.630	3.874.928
Facilidades em descobertos de conta	539.651	592.400
Outros compromissos revogáveis	198.880	238.423
	<u>6.815.060</u>	<u>7.064.498</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

As garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transações comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transações encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objetiva de imparidade tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais. Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se preveem quaisquer perdas materiais nestas operações.

#### 46. Factos relevantes ocorridos durante 2016

##### *Deliberações da Assembleia Geral Anual de Acionistas*

Em 21 de abril de 2016, foi realizada a Assembleia Geral Anual do Banco Comercial Português, S.A, tendo estado presentes acionistas detentores de 44,76% do capital social e tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

Ponto Um – Foi aprovado o relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2015;

Ponto Dois – Foi aprovada a proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2015;

Ponto Três – Foi aprovado um voto de confiança e louvor no Conselho de Administração, incluindo Comissão Executiva e Comissão de Auditoria e em cada um dos respetivos membros, bem como no Revisor Oficial de Contas;

Ponto Quatro – Foi aprovada a declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;

Ponto Cinco – Foi eleito o Auditor Externo do Banco, para o triénio 2016/2018;

Ponto Seis – Foi eleito o Revisor Oficial de Contas e seu suplente para o triénio 2016/2018;

Ponto Sete – Foi aprovada a proposta de aquisição e alienação de ações e obrigações próprias;

Ponto Oito – Foi aprovada a proposta; (i) de renovação das autorizações contidas no nº 1 do artigo 5º do contrato de sociedade; e (ii) de supressão do direito de preferência dos acionistas em eventual aumento ou aumentos de capital a deliberar, por uma ou mais vezes, pelo Conselho de Administração;

Ponto Nove – Foi aprovada a proposta de alteração do contrato da sociedade mediante aditamento de um nº 5 ao Artigo 4;

Ponto Dez – Foi aprovada a proposta de reagrupamento, sem redução do capital social, das ações representativas do capital social do Banco. Foi aprovado com um quociente de 1:75, correspondendo a cada 75 ações anteriores ao reagrupamento 1 ação posterior ao mesmo.

##### *Processo de avaliação de cenários para o ActivoBank*

Em 24 de fevereiro de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. informou que se encontrava em processo de avaliação de vários cenários estratégicos que promovessem a valorização do ActivoBank.

Em março de 2016 foi tomada a decisão de selecionar a Cabot Square Capital LLP, uma entidade gestora de fundos *private equity*, para uma fase de negociações com carácter de exclusividade, no entanto nenhuma decisão final foi ainda tomada em relação à venda do ActivoBank.

##### *Fusão entre o Banco Millennium Angola, S.A. e o Banco Privado Atlântico, S.A.*

O Banco Comercial Português, S.A. (BCP) acordou a realização de uma fusão por incorporação do Banco Millennium Angola, S.A. com o Banco Privado Atlântico, S.A., conseguindo dessa forma obter condições para crescer em contexto adverso e, simultaneamente, adaptar-se às implicações decorrentes da alteração da equivalência de supervisão.

O BCP assinou, em 8 de outubro de 2015, um memorando de entendimento com o maior acionista do Banco Privado Atlântico, S.A. (a Global Pactum – Gestão de Ativos, S.A.), com vista à fusão entre o Banco Millennium Angola, S.A. e o Banco Privado Atlântico, S.A., de que resultará a 2.ª maior instituição privada em crédito à economia, com uma quota de mercado aproximada de 10% em volume de negócios.

De acordo com os termos do processo, o BCP passará a exercer influência significativa sobre a nova entidade que passará a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

Foi outorgada, em 25 de abril de 2016, a escritura de fusão do Banco Millennium Angola, S.A. com o Banco Privado Atlântico, S.A..

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
 31 de março de 2016

*Conversão de empréstimos em Francos Suíços – Bank Millennium, S.A. (Polónia)*

Em 15 de janeiro de 2016 foi apresentada uma proposta legislativa da chancelaria presidencial destinada a apoiar os mutuários de crédito à habitação em moeda estrangeira, sem que, no entanto, fosse efetuada uma prévia avaliação do impacto no setor bancário. Essa avaliação foi solicitada ao regulador bancário polaco (Comissão de Supervisão Financeira) que divulgou publicamente os seus resultados no dia 15 de março. As conclusões apresentadas pelo supervisor apontam para perdas potenciais muito elevadas para o sistema bancário que, em termos diretos e no cenário mais provável, poderiam ascender no mínimo a PLN 66,9 mil milhões (Euros 15,7 mil milhões) e, em cenários mais adversos, a PLN 103,4 mil milhões (Euros 24,3 mil milhões), a que acresceriam custos induzidos muito superiores para as contas públicas e de clientes. Neste contexto, é de esperar que novas propostas sejam consideradas. A implementação de soluções que privilegiem os mutuários em moeda estrangeira pode, dependendo dos seus contornos e âmbito, deteriorar significativamente a rentabilidade e a posição de capital do Banco.

Anteriormente, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira publicado pelo Banco Nacional da Polónia em 10 de fevereiro de 2016, os custos diretos globais para o setor bancário polaco tinham sido estimados poder atingir PLN 44 mil milhões (Euros 10,3 mil milhões) e, em caso de reestruturação obrigatória, foi estimado um impacto adicional de PLN 21 mil milhões (Euros 4,9 mil milhões). Nestas estimativas não tinham sido incluídos nem os custos do fecho da posição cambial nem os custos operacionais.

*Imposto especial sobre a banca na Polónia*

Em fevereiro 2016, foi introduzido um novo imposto especial sobre o setor bancário na Polónia, correspondendo a uma taxa anual de 0,44% sobre o saldo dos ativos totais deduzido dos fundos próprios, de obrigações do tesouro polaco e de PLN 4 mil milhões (Euros 900 milhões) de isenção fiscal. De acordo com o entendimento que o Bank Millennium (Polónia) faz da metodologia a ser aplicada para o cálculo do imposto, a estimativa preliminar efetuada, com base nas posições de balanço e de fundos próprios a 31 de dezembro de 2015, para todos os cálculos mensais, ascenderia a PLN 186 milhões (Euros 43,6 milhões) em encargos no ano 2016. Este imposto será implementado complementarmente a outros impostos que o Bank Millennium, bem como cada banco na Polónia, já paga regularmente.

O montante do imposto especial sobre a banca que vai efetivamente ser pago em 2016, poderá eventualmente diferir das estimativas acima mencionadas, devido principalmente à base de imposto variável que será utilizada para o cálculo do imposto mensalmente.

*Processo de ofertas para aquisição de valores mobiliários representativos de dívida*

O Banco Comercial Português, S.A. (BCP) lançou em fevereiro de 2016 um processo de solicitação de ofertas para aquisição de valores mobiliários representativos de dívida dirigido a titulares das emissões a seguir identificadas, limitado a um valor de aquisição global máximo de Euros 300 milhões. Esta operação enquadra-se nas iniciativas destinadas à gestão da estrutura de financiamento e capital do Banco.

<b>Emitente</b>	<b>Emissão</b>	<b>Valor nominal atual (Euros)</b>
Banco Comercial Português, S.A	Euros 500.000.000 - 3.375 per cent. Fixed Rate Notes due 27 February 2017 (“Senior Notes”)	500.000.000
Magellan Mortgages No. 2 plc	Euros 930.000.000 Class A (Senior) Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2036	87.870.120
Magellan Mortgages No. 3 plc	Euros 1.413.750.000 Class A (Senior) Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2058	396.961.207,50

O processo de solicitação de ofertas terminou no dia 23 de fevereiro de 2016. Foram recebidas intenções de alienação válidas no valor nominal (atual) total de Euros 378.509.996,96 (Euros 103.100.000 para as Senior Notes e Euros 275.409.996,96 para as Mortgage Backed Notes emitidas por Magellan Mortgages No. 2 plc e Magellan Mortgages No. 3 plc). Destas, o Banco aceitou Euros 85.326.455,52 (valor nominal atual). A tabela abaixo indica os montantes aceites para cada uma das emissões, sendo que, para as Senior Notes, o Banco fixou o preço de compra em 99,0% do seu valor nominal:

<b>Emitente</b>	<b>Emissão</b>	<b>Montante nominal atual aceite (Euros)</b>
Banco Comercial Português, S.A	Euros 500.000.000 - 3.375 per cent. Fixed Rate Notes due 27 February 2017 (“Senior Notes”)	85.300.000
Magellan Mortgages No. 2 plc	Euros 930.000.000 Class A (Senior) Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2036	26.455,52
Magellan Mortgages No. 3 plc	Euros 1.413.750.000 Class A (Senior) Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2058	0

A data de liquidação foi 26 de fevereiro de 2016.

#### 47. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo, os segmentos apresentados correspondem aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte da Comissão Executiva. O Grupo desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de *Private Banking*.

Na sequência do compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) foi considerado um segmento adicional, denominado *Portfolio de Negócios não Core*, observando os critérios então acordados.

##### *Caracterização dos Segmentos*

O negócio da Banca de Retalho inclui a atividade de Retalho desenvolvida pelo Grupo em Portugal que atua como canal de distribuição dos produtos e serviços de subsidiárias do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo atua através de subsidiárias sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) o *ActivoBank*, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui: (i) as Redes *Corporate* e *Large Corporates* que desenvolvem a sua atividade, em Portugal, dirigidas a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a Euros 50.000.000, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado, (ii) a Rede de Empresas, que serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre Euros 2.500.000 e Euros 50.000.000, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados, (iii) a Direção de Acompanhamento Especializado, (iv) a Banca de Investimento; (v) a atividade da Direção Internacional do Banco; (vi) a Direção de Recuperação Especializada, (vii) a atividade da Direção de Negócio Imobiliário do Banco, e (viii) a Interfundos.

O segmento *Private Banking*, para efeitos de segmentos de negócio engloba (i) a rede de *Private Banking* em Portugal e ainda (ii) a atividade do *Banque Privée BCP* na Suíça e (iii) do *Millennium bcp Bank & Trust* nas Ilhas Caimão. Em termos de segmentos geográficos exclui a atividade do *Banque Privée BCP* e do *Millennium bcp Bank & Trust* que, neste âmbito, fazem parte do segmento Negócios no exterior.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos de negócio, engloba o *Bank Millennium* na Polónia, o *BIM - Banco Internacional de Moçambique* e o *Banco Millennium Angola* que passou a ser considerado como operação descontinuada ou em descontinuação em março de 2016. Para efeitos de segmentos geográficos, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas e ainda o *Banque Privée BCP* na Suíça e o *Millennium bcp Bank & Trust* nas Ilhas Caimão.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas; em Moçambique, por um banco universal, direcionado para clientes particulares e empresas; nas Ilhas Caimão pelo *Millennium bcp Bank & Trust*, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de *Private Banking* a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*); e na Suíça o Grupo está representado pelo *Banque Privée BCP*, uma operação de *Private Banking* de direito suíço.

Na sequência do processo para obtenção de autorização da Comissão Europeia (CE) ao auxílio de Estado, foram identificados *portfolios* de negócio de que o Banco deverá gradualmente desinvestir/desmobilizar, cessando a concessão de novo crédito. Esta desmobilização está sujeita a um enquadramento que fixa como critério dominante a otimização do impacto em capital, designadamente por via da minimização da perda esperada.

Neste contexto, o Banco procedeu à segregação destes *portfolios* evidenciando-os num segmento autónomo denominado *Portfolio de Negócios Não Core* (PNNC).

O PNNC inclui o negócio efetuado com clientes em relação aos quais foi concedido crédito para a compra de títulos, crédito colateralizado com outros ativos em que o rácio de dívida sobre valor do ativo não é inferior a 90%, crédito à habitação bonificado histórico, crédito a empresas do setor da construção enfocadas quase exclusivamente no mercado português, crédito a clubes de futebol e crédito à promoção imobiliária.

A relevação autonomizada destes créditos resultou, apenas, da necessidade de proceder à identificação e monitorização segregada dos segmentos descritos no parágrafo anterior, no âmbito do processo de autorização acima referido. Assim, a carteira PNNC não foi constituída com base em classes de risco ou quaisquer outros critérios de desempenho.

Importa referir que, em 31 de março de 2016, 71% desta carteira beneficiava de garantias reais, incluindo 67% com garantia de bens imóveis e 4% com garantia de outros ativos.

Os restantes negócios do Grupo, não discriminados anteriormente, encontram-se refletidos no segmento Outros e incluem a gestão centralizada de participações financeiras, as atividades e operações de carácter corporativo não integradas nos restantes segmentos de negócio e outros valores não alocados aos segmentos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

*Atividade dos segmentos*

Os valores reportados para cada segmento resultaram da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada um desses segmentos, refletindo também o impacto, quer ao nível do balanço quer da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio foram recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetados através do processo de alocação de capital com base nos critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afetado aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia III, de acordo com a CRD IV/CRR, com referência a março de 2015 e a março de 2016. A afetação de capital a cada segmento naquelas datas resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos, refletindo a aplicação das metodologias de Basileia III. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacente os montantes contabilizados diretamente nos centros de custo respetivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afetação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados por cada área de negócio, entre outros. A afetação deste último conjunto de custos é efetuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de atividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de março de 2016.

O Grupo atua no mercado Português e em mercados de afinidade que apresentam maiores perspectivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Moçambique, Angola (considerada operação descontinuada /em descontinuação), e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a atividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia) e o segmento Moçambique equivale à atividade do BIM - Banco Internacional de Moçambique (Moçambique). O segmento Outros, indicado no âmbito do reporte por segmentos geográficos, considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as atividades desenvolvidas em outros países, tais como pelo Banque Privée BCP na Suíça e pelo Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão.

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao Plano de Reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, a Millennium bcp Gestão de Activos foi enquadrada como operação em descontinuação no decurso de 2013.

A partir desta data, o impacto em resultados das suas operações foi apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada “resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação”. Ao nível do balanço consolidado, a relevação dos ativos e passivos da Millennium bcp Gestão de Activos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2015. No entanto, na sequência da alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos, em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

De modo similar, no que se refere ao Banco Millennium em Angola, face ao acordo firmado com o maior acionista do Banco Privado Atlântico para fundir as duas entidades, a aprovação do respetivo plano de fusão e a obtenção das autorizações necessárias para concluir esta operação, o Banco Millennium em Angola foi considerado também como operação em descontinuação em março de 2016, sendo as suas contas apresentadas de acordo com os critérios referidos relativamente à Millennium bcp Gestão de Activos, incluindo as do período homólogo de 2015.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Em 31 de março de 2016, a contribuição líquida dos principais segmentos operacionais é apresentada como segue:

	<b>Banca de Retalho</b>			<b>Empresas, Corporate e Banca de Investimento</b>		<b>Portfolio de negócios não Core</b>	<b>Outros</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Retalho em Portugal</b>	<b>Negócios no Exterior<sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>	<b>em Portugal</b>	<b>Private Banking</b>			
<b>Demonstração de Resultados</b>								
Juros e proveitos equiparados	136.569	182.316	318.885	96.340	11.420	42.072	17.952	486.669
Juros e custos equiparados	(41.822)	(68.239)	(110.061)	(26.191)	(6.240)	(36.275)	(15.543)	(194.310)
Margem financeira	94.747	114.077	208.824	70.149	5.180	5.797	2.409	292.359
Comissões e outros proveitos	97.555	58.177	155.732	41.139	14.191	2.571	289	213.922
Comissões e outros custos	(3.109)	(28.931)	(32.040)	(1.533)	(1.608)	(8)	(20.109)	(55.298)
Comissões e outros proveitos líquidos	94.446	29.246	123.692	39.606	12.583	2.563	(19.820)	158.624
Resultados em operações financeiras	(64)	23.259	23.195	-	371	23.893	(19.127)	28.332
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	13.874	13.874
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	435	435	-	-	-	(5.481)	(5.046)
Produto Bancário	189.129	167.017	356.146	109.755	18.134	32.253	(28.145)	488.143
Custos com pessoal e Fornecimentos e serviços a terceiros	120.442	76.435	196.877	23.270	9.888	4.828	(4.602)	230.261
Amortizações	511	5.702	6.213	117	53	5	6.427	12.815
Custos operacionais	120.953	82.137	203.090	23.387	9.941	4.833	1.825	243.076
Imparidade para ativos financeiros	(33.386)	(18.664)	(52.050)	(51.301)	(729)	(32.328)	(40.490)	(176.898)
Imparidade e provisões para outros ativos	-	589	589	32	-	372	(105)	888
Resultado antes de impostos	34.790	66.805	101.595	35.099	7.464	(4.536)	(70.565)	69.057
Impostos	(10.266)	(19.353)	(29.619)	(10.289)	(2.319)	1.338	25.891	(14.998)
Resultado após impostos de operações em continuação	24.524	47.452	71.976	24.810	5.145	(3.198)	(44.674)	54.059
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação <sup>(2)</sup>	-	29.005	29.005	-	-	-	-	29.005
Resultado após impostos	24.524	76.457	100.981	24.810	5.145	(3.198)	(44.674)	83.064
Interesses que não controlam	-	(35.132)	(35.132)	-	-	-	(1.254)	(36.386)
Resultado líquido do período	24.524	41.325	65.849	24.810	5.145	(3.198)	(45.928)	46.678
<b>Balanco</b>								
Caixa e aplicações em instituições de crédito	9.433.857	1.579.713	11.013.570	1.364.472	2.761.863	4.372	(10.893.579)	4.250.698
Crédito a clientes	17.166.401	12.770.073	29.936.474	11.114.080	417.818	9.297.198	417.428	51.182.998
Ativos financeiros <sup>(3)</sup>	20.320	4.344.706	4.365.026	-	8.297	598.368	9.250.912	14.222.603
Outros ativos	163.648	542.175	705.823	47.366	18.437	568.764	5.298.574	6.638.964
Total do Ativo	26.784.226	19.236.667	46.020.893	12.525.918	3.206.415	10.468.702	4.073.335	76.295.263
Depósitos de instituições de crédito	1.422.480	1.600.953	3.023.433	4.048.162	314.838	9.738.260	(6.310.785)	10.813.908
Depósitos de clientes	24.173.173	15.142.369	39.315.542	7.651.470	2.709.869	288.429	1.049.112	51.014.422
Títulos de dívida emitidos	622.630	300.425	923.055	2.657	66.037	611	3.470.817	4.463.177
Outros passivos financeiros	-	502.184	502.184	-	8.805	-	2.478.538	2.989.527
Outros passivos	32.481	506.746	539.227	38.129	6.916	3.936	773.748	1.361.956
Total do Passivo	26.250.764	18.052.677	44.303.441	11.740.418	3.106.465	10.031.236	1.461.430	70.642.990
Capital e Interesses que não controlam	533.462	1.183.990	1.717.452	785.500	99.950	437.466	2.611.905	5.652.273
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	26.784.226	19.236.667	46.020.893	12.525.918	3.206.415	10.468.702	4.073.335	76.295.263
Número de colaboradores	4.952	9.591	14.543	584	266	155	1.561	17.109

(1) Inclui a atividade da subsidiária em Angola, considerada operação descontinuada/em descontinuação;

(2) O valor referente a Angola considerado em operações descontinuadas/em descontinuação corresponde ao valor contabilístico. O impacto da alocação de capital em sede de segmentos está refletido na rubrica margem financeira;

(3) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura.

Nota: O valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique Euros 2 milhões e Euros 174 milhões em Outros Portugal conforme discriminação apresentada na nota 30.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Em 31 de março de 2015, a contribuição líquida dos principais segmentos operacionais é apresentada como segue:

	Banca de Retalho			Empresas, Corporate e Banca de		Portfolio de negócios não Core	Outros <sup>(2)</sup>	Consolidado
	Retalho em Portugal	Negócios no Exterior <sup>(1)</sup>	Total	Investimento em Portugal	Private Banking			
<b>Demonstração de Resultados</b>								
Juros e proveitos equiparados	139.056	199.678	338.734	115.784	13.693	57.519	41.734	567.464
Juros e custos equiparados	(79.918)	(84.577)	(164.495)	(31.934)	(11.359)	(41.766)	(20.091)	(269.645)
Margem financeira	59.138	115.101	174.239	83.850	2.334	15.753	21.643	297.819
Comissões e outros proveitos	80.900	68.606	149.506	41.802	15.755	3.204	1.949	212.216
Comissões e outros custos	(3.227)	(21.457)	(24.684)	(2.354)	(1.993)	(9)	(31.174)	(60.214)
Comissões e outros proveitos líquidos	77.673	47.149	124.822	39.448	13.762	3.195	(29.225)	152.002
Resultados em operações financeiras	42.998	26.078	69.076	-	1.446	-	120.760	191.282
Resultados por equivalência patrimonial	-	(342)	(342)	-	-	-	6.400	6.058
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	245	245	-	-	-	(5.190)	(4.945)
Produto Bancário	179.809	188.231	368.040	123.298	17.542	18.948	114.388	642.216
Custos com pessoal e Fornecimentos e serviços a terceiros	122.835	84.016	206.851	23.861	10.339	6.082	(6.604)	240.529
Amortizações	460	6.034	6.494	107	53	6	7.137	13.797
Custos operacionais	123.295	90.050	213.345	23.968	10.392	6.088	533	254.326
Imparidade para ativos financeiros <sup>(3)</sup>	(17.371)	(21.666)	(39.037)	88.287	(754)	(293.708)	25.210	(220.002)
Imparidade e provisões para outros ativos	(48)	167	119	(66)	(28)	(1.316)	(49.891)	(51.182)
Resultado antes de impostos	39.095	76.682	115.777	187.551	6.368	(282.164)	89.174	116.706
Impostos	(9.720)	(14.704)	(24.424)	(55.253)	(1.331)	83.238	(35.046)	(32.816)
Resultado após impostos de operações em continuação	29.375	61.978	91.353	132.298	5.037	(198.926)	54.128	83.890
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação <sup>(4)</sup>	-	15.897	15.897	-	-	-	776	16.673
Resultado após impostos	29.375	77.875	107.250	132.298	5.037	(198.926)	54.904	100.563
Interesses que não controlam	-	(34.186)	(34.186)	-	-	-	4.036	(30.150)
Resultado líquido do período	29.375	43.689	73.064	132.298	5.037	(198.926)	58.940	70.413
<b>Balanço</b>								
Caixa e aplicações em instituições de crédito	6.977.616	2.238.963	9.216.579	1.684.477	2.688.005	3.757	(8.779.326)	4.813.492
Crédito a clientes	17.566.155	13.890.793	31.456.948	11.674.099	496.286	10.557.918	309.893	54.495.144
Ativos financeiros <sup>(5)</sup>	252.763	3.687.963	3.940.726	-	11.697	580.822	8.134.156	12.667.401
Outros ativos	164.058	669.872	833.930	56.448	20.078	325.148	5.101.842	6.337.446
Total do Ativo	24.960.592	20.487.591	45.448.183	13.415.024	3.216.066	11.467.645	4.766.565	78.313.483
Depósitos de instituições de crédito	28.500	1.932.341	1.960.841	3.823.044	343.837	10.723.800	(5.785.543)	11.065.979
Depósitos de clientes	22.876.424	15.457.914	38.334.338	8.438.366	2.574.062	257.149	1.154.870	50.758.785
Títulos de dívida emitidos	1.398.936	408.834	1.807.770	9.030	134.723	3.857	3.620.371	5.575.751
Outros passivos financeiros	-	829.103	829.103	-	14.930	-	2.974.325	3.818.358
Outros passivos	17.814	542.032	559.846	41.604	5.414	4.221	915.790	1.526.875
Total do Passivo	24.321.674	19.170.224	43.491.898	12.312.044	3.072.966	10.989.027	2.879.813	72.745.748
Capital e Interesses que não controlam	638.918	1.317.367	1.956.285	1.102.980	143.100	478.618	1.886.752	5.567.735
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	24.960.592	20.487.591	45.448.183	13.415.024	3.216.066	11.467.645	4.766.565	78.313.483
Número de colaboradores	4.829	9.670	14.499	568	291	183	1.888	17.429

(1) Inclui a atividade da subsidiária em Angola, considerada operação descontinuada/em descontinuação;

(2) Inclui a atividade do Millennium bcp Gestão de Activos;

(3) Inclui a reafetação de imparidades do *portfolio core* (relevado no segmento Corporate) para o *portfolio não core* no montante de Euros 175 milhões;

(4) O valor referente a Angola considerado em operações descontinuadas/em descontinuação corresponde ao valor contabilístico. O impacto da alocação de capital em sede de segmentos está refletido na rubrica margem financeira;

(5) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura.

Nota: O valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique Euros 3 milhões e Euros 173 milhões em Outros Portugal conforme discriminação apresentada na nota 30.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Em 31 de março de 2016 a contribuição líquida das principais áreas geográficas, é apresentada como segue:

	<b>Portugal</b>									
	<b>Empresas, Corporate e Banca de Retail</b>	<b>Investimento</b>	<b>Private Banking</b>	<b>Portfólio de Negócios não Core</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>	<b>Polónia</b>	<b>Moçambique</b>	<b>Outros<sup>(1)</sup></b>	<b>Consolidado</b>
<b>Demonstração de Resultados</b>										
Juros e proveitos equiparados	136.569	96.340	7.985	42.072	17.952	300.918	127.066	57.166	1.519	486.669
Juros e custos equiparados	(41.822)	(26.191)	(3.778)	(36.275)	(15.543)	(123.609)	(50.605)	(19.369)	(727)	(194.310)
Margem financeira	94.747	70.149	4.207	5.797	2.409	177.309	76.461	37.797	792	292.359
Comissões e outros proveitos	97.555	41.139	7.319	2.571	289	148.873	38.613	19.564	6.872	213.922
Comissões e outros custos	(3.109)	(1.533)	(174)	(8)	(20.109)	(24.933)	(21.199)	(7.732)	(1.434)	(55.298)
Comissões e outros proveitos líquidos	94.446	39.606	7.145	2.563	(19.820)	123.940	17.414	11.832	5.438	158.624
Resultados em operações financeiras	(64)	-	-	23.893	(19.127)	4.702	13.995	9.264	371	28.332
Resultados por equivalência										
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	13.874	13.874	-	-	-	13.874
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	(5.481)	(5.481)	377	58	-	(5.046)
Produto Bancário	189.129	109.755	11.352	32.253	(28.145)	314.344	108.247	58.951	6.601	488.143
Custos com pessoal e Fornecimentos e serviços a terceiros	120.442	23.270	3.858	4.828	(4.602)	147.796	54.989	21.446	6.030	230.261
Amortizações	511	117	2	5	6.427	7.062	3.074	2.629	50	12.815
Custos operacionais	120.953	23.387	3.860	4.833	1.825	154.858	58.063	24.075	6.080	243.076
Imparidade para ativos financeiros	(33.386)	(51.301)	(690)	(32.328)	(40.490)	(158.195)	(10.109)	(8.555)	(39)	(176.898)
Imparidade e provisões para outros ativos	-	32	-	372	(105)	299	(238)	827	-	888
Resultado antes de impostos	34.790	35.099	6.802	(4.536)	(70.565)	1.590	39.837	27.148	482	69.057
Impostos	(10.266)	(10.289)	(2.007)	1.338	25.891	4.667	(11.511)	(7.896)	(258)	(14.998)
Resultado após impostos de operações em continuação	24.524	24.810	4.795	(3.198)	(44.674)	6.257	28.326	19.252	224	54.059
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	29.005	29.005
Resultado após impostos	24.524	24.810	4.795	(3.198)	(44.674)	6.257	28.326	19.252	29.229	83.064
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(1.254)	(1.254)	(14.134)	(6.587)	(14.411)	(36.386)
Resultado líquido do período	24.524	24.810	4.795	(3.198)	(45.928)	5.003	14.192	12.665	14.818	46.678
<b>Balanço</b>										
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	9.433.857	1.364.472	1.634.312	4.372	(10.893.579)	1.543.434	977.137	341.773	1.388.354	4.250.698
Crédito a clientes	17.166.401	11.114.080	184.025	9.297.198	417.428	38.179.132	10.824.826	1.143.362	1.035.678	51.182.998
Ativos financeiros <sup>(3)</sup>	20.320	-	-	598.368	9.250.912	9.869.600	3.292.485	409.622	650.896	14.222.603
Outros ativos	163.648	47.366	10.549	568.764	5.298.574	6.088.901	243.416	133.811	172.836	6.638.964
Total do Ativo	26.784.226	12.525.918	1.828.886	10.468.702	4.073.335	55.681.067	15.337.864	2.028.568	3.247.764	76.295.263
Depósitos de instituições de crédito	1.422.480	4.048.162	-	9.738.260	(6.310.785)	8.898.117	1.381.997	163.706	370.088	10.813.908
Depósitos de clientes	24.173.173	7.651.470	1.748.243	288.429	1.049.112	34.910.427	12.214.429	1.466.625	2.422.941	51.014.422
Títulos de dívida emitidos	622.630	2.657	66.037	611	3.470.817	4.162.752	300.425	-	-	4.463.177
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	2.478.538	2.478.538	501.545	-	9.444	2.989.527
Outros passivos	32.481	38.129	300	3.936	773.748	848.594	257.453	147.264	108.645	1.361.956
Total do Passivo	26.250.764	11.740.418	1.814.580	10.031.236	1.461.430	51.298.428	14.655.849	1.777.595	2.911.118	70.642.990
Capital e Interesses que não controlam	533.462	785.500	14.306	437.466	2.611.905	4.382.639	682.015	250.973	336.646	5.652.273
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	26.784.226	12.525.918	1.828.886	10.468.702	4.073.335	55.681.067	15.337.864	2.028.568	3.247.764	76.295.263
Número de colaboradores	4.952	584	184	155	1.561	7.436	5.877	2.499	1.297	17.109

(1) Inclui a atividade da subsidiária em Angola, considerada operação descontinuada/em descontinuação;

(2) O valor referente a Angola considerado em operações descontinuadas/em descontinuação corresponde ao valor contabilístico. O impacto da alocação de capital em sede de segmentos está refletido na rubrica margem financeira;

(3) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura.

Nota: O valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique Euros 2 milhões e Euros 174 milhões em Outros Portugal, conforme discriminação apresentada na nota 30.

**BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Em 31 de março de 2015 a contribuição líquida das principais áreas geográficas é apresentada como segue:

	<b>Portugal</b>					<b>Total</b>	<b>Polónia</b>	<b>Moçambique</b>	<b>Outros <sup>(2)</sup></b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Retalho</b>	<b>Empresas, Corporate e Banca de Investimento</b>	<b>Private Banking</b>	<b>Portfolio de Negócios não Core</b>	<b>Outros <sup>(1)</sup></b>					
<b>Demonstração de Resultados</b>										
Juros e proveitos equiparados	139.056	115.784	8.142	57.519	41.734	362.235	139.835	59.843	5.551	567.464
Juros e custos equiparados	(79.918)	(31.934)	(7.828)	(41.766)	(20.091)	(181.537)	(62.762)	(21.286)	(4.060)	(269.645)
Margem financeira	59.138	83.850	314	15.753	21.643	180.698	77.073	38.557	1.491	297.819
Comissões e outros proveitos	80.900	41.802	8.215	3.204	1.949	136.070	43.832	24.774	7.540	212.216
Comissões e outros custos	(3.227)	(2.354)	(468)	(9)	(31.174)	(37.232)	(12.103)	(9.355)	(1.524)	(60.214)
Comissões e outros proveitos líquidos	77.673	39.448	7.747	3.195	(29.225)	98.838	31.729	15.419	6.016	152.002
Resultados em operações financeiras	42.998	-	-	-	120.760	163.758	14.728	11.349	1.447	191.282
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	6.400	6.400	(342)	-	-	6.058
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	(5.190)	(5.190)	137	108	-	(4.945)
Produto Bancário	179.809	123.298	8.061	18.948	114.388	444.504	123.325	65.433	8.954	642.216
Custos com pessoal e Fornecimentos e serviços a terceiros	122.835	23.861	4.286	6.082	(6.604)	150.460	58.657	25.359	6.053	240.529
Amortizações	460	107	1	6	7.137	7.711	2.858	3.176	52	13.797
Custos operacionais	123.295	23.968	4.287	6.088	533	158.171	61.515	28.535	6.105	254.326
Imparidade para ativos financeiros <sup>(3)</sup>	(17.371)	88.287	(727)	(293.708)	25.210	(198.309)	(16.521)	(5.145)	(27)	(220.002)
Imparidade e provisões para outros ativos	(48)	(66)	-	(1.316)	(49.891)	(51.321)	248	(81)	(28)	(51.182)
Resultado antes de impostos	39.095	187.551	3.047	(282.164)	89.174	36.703	45.537	31.672	2.794	116.706
Impostos	(9.720)	(55.253)	(900)	83.238	(35.046)	(17.681)	(8.874)	(5.988)	(273)	(32.816)
Resultado após impostos de operações em continuação	29.375	132.298	2.147	(198.926)	54.128	19.022	36.663	25.684	2.521	83.890
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	776	776	-	-	15.897	16.673
Resultado após impostos	29.375	132.298	2.147	(198.926)	54.904	19.798	36.663	25.684	18.418	100.563
Interesses que não controlam	-	-	-	-	4.036	4.036	(18.295)	(8.552)	(7.339)	(30.150)
Resultado líquido do período	29.375	132.298	2.147	(198.926)	58.940	23.834	18.368	17.132	11.079	70.413
<b>Balanço</b>										
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	6.977.616	1.684.477	1.454.861	3.757	(8.779.326)	1.341.385	1.467.232	365.803	1.639.072	4.813.492
Crédito a clientes	17.566.155	11.674.099	251.320	10.557.918	309.893	40.359.385	11.383.414	1.468.378	1.283.967	54.495.144
Ativos financeiros <sup>(5)</sup>	252.763	-	50	580.822	8.134.156	8.967.791	2.597.362	572.004	530.244	12.667.401
Outros ativos	164.058	56.448	10.432	325.148	5.101.842	5.657.928	230.805	198.637	250.076	6.337.446
Total do Ativo	24.960.592	13.415.024	1.716.663	11.467.645	4.766.565	56.326.489	15.678.813	2.604.822	3.703.359	78.313.483
Depósitos de instituições de crédito	28.500	3.823.044	321	10.723.800	(5.785.543)	8.790.122	1.390.455	199.710	685.692	11.065.979
Depósitos de clientes	22.876.424	8.438.366	1.566.464	257.149	1.154.870	34.293.273	12.004.520	1.906.833	2.554.159	50.758.785
Títulos de dívida emitidos	1.398.936	9.030	134.723	3.857	3.620.371	5.166.917	382.722	26.112	-	5.575.751
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	2.974.325	2.974.325	829.103	-	14.930	3.818.358
Outros passivos	17.814	41.604	567	4.221	915.790	979.996	322.022	165.863	58.994	1.526.875
Total do Passivo	24.321.674	12.312.044	1.702.075	10.989.027	2.879.813	52.204.633	14.928.822	2.298.518	3.313.775	72.745.748
Capital e Interesses que não controlam	638.918	1.102.980	14.588	478.618	1.886.752	4.121.856	749.991	306.304	389.584	5.567.735
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	24.960.592	13.415.024	1.716.663	11.467.645	4.766.565	56.326.489	15.678.813	2.604.822	3.703.359	78.313.483
Número de colaboradores	4.829	568	208	183	1.888	7.676	6.000	2.496	1.257	17.429

(1) Inclui a atividade do Millennium bcp Gestão de Activos;

(2) Inclui a atividade da subsidiária em Angola, considerada operação descontinuada/em descontinuação;

(3) Inclui a reafetação de imparidades do *portfolio core* (relevado no segmento *Corporate*) para o *portfolio não core* no montante de Euros 175 milhões;

(4) O valor referente a Angola considerado em operações descontinuadas/em descontinuação corresponde ao valor contabilístico. O impacto da alocação de capital em sede de segmentos está refletido na rubrica margem financeira;

(5) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura.

Nota: O valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique Euros 3 milhões e Euros 173 milhões em Outros Portugal, conforme discriminação apresentada na nota 30.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo**

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	<b>mar 2016</b>	<b>mar 2015</b>
	<b>Euros '000</b>	<b>Euros '000</b>
Contribuição líquida:		
Retalho em Portugal	24.524	29.375
Empresas, <i>Corporate</i> e Banca de Investimento	24.810	132.298
<i>Private banking</i>	4.795	2.147
<i>Portfolio</i> de negócios não <i>core</i>	(3.198)	(198.926)
Negócios no exterior em continuação	47.802	64.868
Interesses que não controlam (1)	(36.386)	(30.150)
	<u>62.347</u>	<u>(388)</u>
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação (2)	29.005	16.673
	<u>91.352</u>	<u>16.285</u>
Valores não imputados aos segmentos:		
Juros de instrumentos híbridos	(16.401)	(15.713)
Margem financeira da carteira de obrigações	6.890	30.290
Anulação de juros	(1.231)	(14.186)
Risco de crédito próprio	(829)	(8.721)
Efeito de cobertura cambial de participações financeiras	125	(11.685)
Resultados por equivalência patrimonial	13.874	6.400
Imparidade e outras provisões (3)	(40.596)	(24.680)
Custos operacionais	(1.826)	(533)
Ganhos na alienação de dívida pública (4)	(3.740)	166.344
Outros (5)	(940)	(73.388)
	<u>(44.674)</u>	<u>54.128</u>
Total não imputado aos segmentos	<u>(44.674)</u>	<u>54.128</u>
Resultado líquido consolidado	<u>46.678</u>	<u>70.413</u>

(1) Corresponde, essencialmente, aos resultados atribuíveis a terceiros relacionados com as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola;

(2) Inclui o valor contabilístico da atividade da subsidiária em Angola, considerada operação descontinuada / a descontinuar.

(3) Inclui as provisões para imóveis em dação, contraordenações, contingências diversas e outras não alocadas aos segmentos de negócio.

(4) Não inclui o valor alocado aos segmentos

(5) Inclui as restantes operações não alocadas anteriormente, nomeadamente o financiamento dos ativos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas bem como o efeito fiscal associado aos impactos dos itens anteriormente discriminados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

**48. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português**

Em 31 de março de 2016 as empresas subsidiárias do Grupo incluídas na consolidação pelo método integral são as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	17.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
Banco ActivoBank, S.A.	Lisboa	17.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	4.009.893.495	AOA	Banca	50,1	50,1	–
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	50,1	50,1	50,1
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	4.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Millennium bcp Bank & Trust	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company	George Town	90.911.278	EUR	Financeira	100,0	34,1	–
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	50,1	–
Millennium BCP - Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	49.545.986	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
BCP International B.V.	Amesterdão	18.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
bcp holdings (usa), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP África, S.G.P.S., Lda.	Funchal	682.965.800	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Bitalpart, B.V.	Amesterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Oeiras	2.000.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
BG Leasing, S.A.	Gdansk	1.000.000	PLN	Locação financeira	74,0	37,1	–
Enerparcela - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Oeiras	30.850.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Interfundos - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Oeiras	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0	100,0	100,0
Adelphi Gere, Investimentos Imobiliários, S.A.	Oeiras	10.706.743	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Sadamora - Investimentos Imobiliários, S.A.	Oeiras	11.337.399	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	93,9	93,6	83,2
Millennium bcp Teleserviços - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millennium Dom Maklerski, S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	50,1	–
Millennium Leasing, Sp.z o.o.	Varsóvia	48.195.000	PLN	Locação financeira	100,0	50,1	–
Millennium Service, Sp.z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	50,1	–
Millennium Telecommunication, Sp.z o.o.	Varsóvia	100.000	PLN	Corretora	100,0	50,1	–
Millennium TFI - Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych, S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	50,1	–
MBCP REO I, LLC	Delaware	1.489.835	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
MBCP REO II, LLC	Delaware	2.747.869	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Oeiras	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Propaço- Sociedade Imobiliária De Paço D'Arcos, Lda	Lisboa	5.000	EUR	Promoção imobiliária	52,7	52,7	52,7
QPR Investimentos, S.A. (*)	Oeiras	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0	100,0	100,0
Servitrust - Trust Management Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	50,1	–
Irgossai - Urbanização e construção, S.A. (*)	Oeiras	50.000	EUR	Construção e promoção de empreendimentos imobiliários	100,0	100,0	100,0
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A. (*)	Oeiras	1.750.000	EUR	Compra e venda de imóveis	100,0	100,0	100,0

(\*) Empresas classificadas como ativos não correntes disponíveis para venda.

Em 31 de março de 2016 as empresas subsidiárias do Grupo do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	100,0
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Conforme política contabilística descrita na nota 1 b), o Grupo consolida igualmente pelo método integral os seguintes fundos de investimento: Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Stone Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Sand Capital, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo, M Inovação - Fundo de Capital de Risco BCP Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Intercapital, Millennium Fundo de Capitalização - Fundo de Capital de Risco, Funsita - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, Imoport - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, Multiusos Oriente - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, Grand Urban Investment Fund - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, Fundial - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, DP Invest - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado e Fundipar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares  
31 de março de 2016

Em 31 de março de 2016 as empresas associadas do Grupo incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial são apresentadas como segue:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Banque BCP, S.A.S.	Paris	108.941.724	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP, S.A. (**)	Luxemburgo	22.250.000	EUR	Banca	7,3	7,3	–
Academia Millennium Atlântico	Luanda	47.500.000	AOA	Ensino	33,0	16,5	–
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	Sta.Maria Feira	17.923.610	EUR	Indústria extrativa	20,0	20,0	20,0
Baía de Luanda - Promoção, Montagem e Gestão de Negócios, S.A. (**)	Luanda	100.000.196	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Beiranave Estaleiros Navais Beira SARL	Beira	2.849.640	MZN	Estaleiros navais	22,8	13,7	–
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500.000	MZN	Gestão imobiliária	20,0	12,0	–
Luanda Waterfront Corporation (**)	George Town	10.810.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Lubuskie Fabryki Mebli, S.A.	Swiebodzin	13.400.050	PLN	Indústria de móveis	50,0	25,1	–
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos eletrónicos	41,1	41,1	41,1
Quinta do Furão - Sociedade de Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda	Funchal	1.870.492	EUR	Turismo	31,3	31,3	31,3
SIBS, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços bancários	21,9	21,9	21,5
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A	Oeiras	50.000	EUR	Consultadoria	25,0	25,0	25,0
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de crédito	32,0	32,0	31,7

(\*\*) - Face à natureza do envolvimento do Grupo, o Conselho de Administração considera que o Grupo mantém uma influência significativa nestas sociedades.

Em 31 de março de 2016, as empresas associadas do Grupo do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial são apresentadas como segue:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Oeiras	775.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Oeiras	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Oeiras	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–

O Grupo realizou um conjunto de operações de securitização que respeitam a créditos hipotecários concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, estas SPEs são consolidadas pelo método integral, no âmbito da IFRS 10.